
009ª AUDIÊNCIA PÚBLICA 14DEZ2016

(Texto com revisão.)

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS (Luis Carlos Espíndola Lopes): Senhoras e senhores, boa noite. Passamos à leitura do edital (Lê.): “Audiência Pública com o objetivo de debater sobre as medidas propostas pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul para as empresas, autarquias e fundações públicas e para o funcionalismo público estadual. O Presidente da Câmara Municipal de Porto Alegre, no uso de suas atribuições legais, convida a comunidade porto-alegrense para a Audiência Pública a ocorrer no dia 14/12/2016, às 19 horas, nas salas de reuniões 301 e 302 da Câmara Municipal de Porto Alegre, localizada na Av. Loureiro da Silva, nº 255, nesta capital, com o objetivo de debater o tema acima referido. Porto Alegre, 07 de dezembro de 2016. Ver. Cassio Trogildo, Presidente”.

Convidamos para compor a Mesa a Ver.^a Fernanda Melchionna, a Ver.^a Sofia Cavedon, o Ver. Aírto Ferronato, o Ver. Prof. Alex.

Com a palavra a Ver.^a Fernanda Melchionna, Presidente desta audiência pública.

A SRA. PRESIDENTE (Fernanda Melchionna): Boa noite a todos e todas, declaro aberta esta audiência pública para cumprirmos os termos protocolares e regimentais. Quero dizer também que, a partir deste momento, estão abertas as inscrições para falar. Quero agradecer a presença dos Vereadores Prof. Alex, Ver.^a Sofia Cavedon e Aírto Ferronato, que, além de Vereador, é Presidente da Frente Estadual em Defesa das Estatais. É uma Frente que já existe há mais de dois anos. Enviamos convite para as instituições citadas no pedido do requerimento e também para entidades aqui presentes. Quero registrar a presença de um representante da FDRH, o Job Jesus Machado Osório; um representante da Senergisul, do Cientec, do Senge, do Fórum em Defesa do Serviço Público. Quero convidar o representante da União Eletricitária, que foi quem nos pediu a audiência pública, depois de audiências realizadas na Câmara de Pelotas e Rio Grande, o Rodrigo Henrique Costa Schley, que vai compor a Mesa conosco. Gostaríamos de chamar para compor a Mesa um representante da Fepagro, do Cientec, da FDRH, da Fundação Zoobotânica, da Corag, e da Fundação Piratini. Declaramos aberta esta

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
009ª Audiência Pública 14DEZ2016

audiência neste momento muito grave em que vive o nosso Rio Grande do Sul. Temos um ataque sem precedentes ao serviço público, aos servidores públicos estaduais, com um pacote que significa a devastação em vários setores do planejamento, da inteligência, do meio ambiente, da cultura, de energia e, sobretudo, dos recursos naturais, porque nós ainda temos a CRM e a Sulgás que também têm um papel energético fundamental. Nós vemos que se trata de uma grande farsa, do ponto de vista econômico, mesmo que, na nossa concepção, a demissão de servidores públicos e a diminuição da inteligência do Estado de nenhuma maneira poderiam significar inteligência - a FEE está aqui, com o André Scherer, o Cientec também -, de nenhuma maneira poderiam significar economia; ao contrário, o Estado perde em capacidade de planejamento e em capacidade de prestar um serviço público adequado à população, sem contar o ataque e o confisco ao 13º salário e também da mudança do calendário do pagamento para o conjunto dos servidores públicos estaduais. Mas, muito mais do que isso, em termos estruturais, nós temos a convicção de que os verdadeiros responsáveis por esta crise econômica brutal que vive o Estado e o País estão longe de ser atacados; ao contrário, estão sendo aprofundados com este pacote, que é a dívida com a União, o ressarcimento da Lei Kandir, com as isenções milionárias e secretas, muitas delas mantidas sob sigilo e que a cidadania não tem sequer o direito de saber dos bilhões que estão deixando de arrecadar em termos de recursos que poderiam estar sendo utilizados para garantir não só o pagamento da folha, mas a melhoria do conjunto dos serviços do nosso Estado do Rio Grande do Sul ou mesmo temas extremamente graves que não são enfrentados como a redução dos CCs. Somente cortando 70% dos CCs nós teríamos uma economia de R\$ 50 milhões, o corte de diárias e passagens, a extinção do Tribunal Militar que, além de uma excrescência jurídica também é uma excrescência do ponto de vista dos milhões para manter uma estrutura extremamente desnecessária. É uma excrescência jurídica ter um cidadão sujeito a uma outra justiça que não a justiça comum, como todos nós, isso é um absurdo. Então esses temas são objeto de debate neste momento, mas muito mais do que isso, a ideia desta audiência pública foi no sentido de fortalecer a luta que vocês vêm fazendo, como na Praça da Matriz, a luta que os movimentos vêm fazendo no Centro, nas ruas, ocupando, abraçando as fundações, abraçando a Cientec, mostrando o apoio e a necessidade dessas instituições para com o nosso Rio Grande do Sul e, ao mesmo tempo, dar uma resposta porque, infelizmente, enquanto a Assembleia Legislativa segue

fechada para os interesses do povo, porque os detentores do Palácio Piratini e boa parte da base aliada têm medo da participação dos servidores nas galerias, justamente num parlamento que deveria ser do povo e que infelizmente está fechado, cercado e proíbe a participação da nossa população. Hoje o nosso Deputado Pedro teve que fazer o seu Grande Expediente na praça porque foi proibida a entrada e a participação dos servidores públicos estaduais na Assembleia. Nós ficamos muito contentes em receber vocês aqui na Câmara de Vereadores de Porto Alegre, porque este é o espaço que deve estar aberto para a cidadania e deve ser o espaço de grandes discussões, mas muito mais do que isso, um espaço que ajude a potencializar a luta de vocês para que a gente possa ocupar a Matriz e derrotar este pacote que é um ataque brutal aos interesses dos gaúchos e dos servidores públicos estaduais. Sejam bem-vindos. Está iniciada a nossa audiência. Nós vamos intercalando a fala das instituições com a fala dos Vereadores. Além disso, as inscrições para falar podem ser feitas com o nosso Diretor Administrativo ou com o Diego. E que esta audiência seja profícua e que ajude nesta luta necessária em defesa dos interesses do povo gaúcho. (Palmas.)

O Sr. Job Osório, representando o Semapi, está com a palavra.

O SR. JOB OSÓRIO: Primeiramente, na pessoa da Ver.^a Fernanda Melchionna, saúdo todos os demais Vereadores, as demais representações e todo o público aqui presente. Realmente, nós estamos, neste momento, sofrendo um ataque brutal. Nós, enquanto agente públicos, executores de políticas públicas, com toda a nossa história dentro das nossas instituições, estamos, sim, sofrendo esse ataque. E, ao fim e ao cabo, quem sofre com isso, realmente, lá na ponta, é o cidadão e a cidadã. Porque ao longo da história das nossas instituições, e aqui todas as fundações que são da base do Semapi, construíram essa história que vai inclusive contrariamente ao que um Secretário de Estado, o Secretário Carlos Búrigo, diz que são instituições arcaicas, que foram criadas na década de 1960, 1970, 1980 e que não têm mais utilidade para o Estado. É interessante, quando, neste momento, toda a nossa sociedade clama por um serviço de qualidade, uma prestação de serviço qualificada, nós temos uma total carência de efetivo nas nossas instituições, no quadro efetivo de todos os servidores públicos, o Estado, contrapondo tudo isso, que é verdadeiro, todo mundo conhece os números, vem, de forma enganosa, e eu aqui uso o termo “de má-fé”, pela segunda vez enganando toda a sociedade gaúcha.

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
009ª Audiência Pública 14DEZ2016

E aqui eu discordo de alguns companheiros de longa jornada que dizem que Sartori não tinha projeto para o Estado, estão muito enganados. O projeto que ele tinha, que está se consolidando neste momento, é exatamente o que ele não disse à sociedade gaúcha, que nessa história de buscar a economia do Estado dizendo que nós damos prejuízo, é aí que ele está equivocado de novo, porque ele vai na contramão da história. Porque quando as nossas instituições foram criadas, foi exatamente para que o Estado pudesse cumprir com a sua função social em todas as áreas que nós atuamos, através das fundações. Isso significa que essas fundações não nasceram para dar lucro; o lucro é consequência. Mas o valor que nós temos hoje é na qualificação do serviço público, através de todas as nossas atividades, que vêm, ao longo da nossa história, contribuindo para o Estado, para alavancar este Estado em todas as áreas que nós representamos e que nós sejamos, e somos, hoje, esse documento que está sendo aqui distribuído, que nos foi entregue na entrada aqui, comprova realmente que o caminho não é esse. Muito pelo contrário: o Sartori, na história de economizar, está terceirizando tudo aquilo para o que nós viemos e nascemos, que é a nossa verdadeira razão de existir no sentido de alavancar o desenvolvimento do Estado. Por consequência, agradecemos pelo espaço nesta Casa hoje. Foste muito preciosa na tua fala, Ver.^a Fernanda, dizendo que quando fecham a porta para nós lá, abre-se a porta desta Casa aqui. Diziam hoje na praça que a sociedade porto-alegrense, neste momento, está sendo triplamente prejudicada por um pacote que o Prefeito recém-eleito já anunciou na mídia, por um pacote que o Sartori está patrolando no âmbito estadual e por tudo aquilo que está acontecendo no Governo Federal. Então, o modelo é o mesmo. O modelo é o mesmo e, por consequência, nós estamos aqui resistindo na praça, e com relação às questões que estamos defendendo, não estamos fazendo defesa, como foi vendido para a mídia, que nós somos vagabundos, que nós somos corporativos. Nós temos que desconstruir isso. E é por isso que este espaço é importante, para que a gente possa levar a verdade para a sociedade, de forma que ela comece a perceber que está sendo enganada mais uma vez e, infelizmente, quando acham que nós não temos razão de existir, pagarão muito por essa conta. Não vai haver economia; mas o enriquecimento dos grandes amigos desse Governo Sartori. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Fernanda Melchionna): Peço desculpas, vamos começar a cronometrar agora, serão cinco minutos. O Ver. Airto Ferronato, Presidente da Frente Parlamentar em Defesa do Serviço Público, está com a palavra.

O SR. AIRTO FERRONATO: Em primeiro lugar, quero trazer o meu abraço a todos e a todas, cumprimentar a Fernanda, nossa Vereadora de Porto Alegre, a mais votada da próxima legislatura, dizer da satisfação de termos conosco também a Ver.^a Sofia Cavedon e o Ver. Prof. Alex Fraga. Nesta noite de casa cheia nós precisamos refletir sobre algumas questões. Eu estou aqui na Câmara desde 1989, lá se vão quase 30 anos. E eu sou funcionário público, eu trabalhei na União como funcionário público, no Estado e também no Município de Porto Alegre, e trabalhei no Executivo e no Legislativo. Tenho defendido sempre a ideia, de extrema importância, porque acredito nisso, que é o serviço e o servidor público. Aliás, este País tudo o que cresceu desde o seu início, e lá se vão 500 anos, teve por começo aplicações de recursos em entidades públicas. Vamos registrar transporte, iluminação, energia e assim vai. É bom ver o nosso querido Deputado Pedro Ruas aqui conosco.

Muito bem, lá em 2015, apresentei aqui na Câmara um projeto, uma proposta para que se aprovasse a formação de uma frente parlamentar para tratar das questões públicas, em julho de 2015; sou Presidente dessa frente. Em 2015 e 2016 nós fizemos algumas reuniões aqui, e na última reunião que fizemos definimos que faríamos uma audiência pública. Isso foi antes do pacote; foi em abril. Que bom que a Vereadora Fernanda propôs esta audiência pública. Eu conversei com a Ver.^a Fernanda: “Não vamos fazer duas, vamos fazer uma audiência”. Porque seria errado, equivocado e desgastante fazermos duas audiências tratando da mesma questão. Por quê? Vamos por partes: no pacote se busca extinguir fundações de pesquisa. Qual o país do mundo, que não seja um país atrasado, não tem instituições que busquem, que pensem, que façam a pesquisa? Ora, vejam só, vamos extinguir fundações que têm um capital humano valoroso, preparado - meu caro Deputado Pedro -, experimentado. “Agora vocês vão para casa porque a pesquisa não é mais necessária”. Qual o país que se desenvolve sem pesquisa?

A segunda questão: vamos falar em estatística, da FEE. Qual o Governo que pode desenvolver um bom trabalho, uma boa gestão sem informações com credibilidade,

informações geradas pelo setor público? Estou dando alguns exemplos, poderia falar sobre todos, mas não vai dar tempo, eles vão me cortar. Setor público. Não há como nós pensarmos – falei isso há bem pouco tempo em uma reunião do meu partido e me disseram que tinham pesquisas, fundações de estatística nacional. Mas vamos esperar, o Rio Grande do Sul, que venham pesquisas de Brasília, que venham informações estatísticas de Brasília? Elas não vão vir. E se vierem, vem sempre depois. Gestão se faz com informação. Vou dar um outro exemplo: a própria TVE, comunicação e informação. Nós precisamos erguer a nossa voz expressando o que é e como representamos o cidadão e a cidadã gaúcha enquanto servidores do Poder Público. Falei também no meu partido, vou encerrar agora, dando mais um exemplo: por que terminar com o plebiscito? Será que nós vamos tomar uma medida desse tamanho sem ouvir o povo gaúcho, apenas porque dois ou três sabidos compreendem que nós precisamos terminar com os nossos plebiscitos? Acredito na necessidade da preservação das nossas empresas públicas, mantidas como públicas; na preservação das nossas fundações dentro das suas áreas de especialização. Para concluir: não será a demissão de aproximadamente mil pessoas que será a salvação da nossa Pátria; pelo contrário, isso vai trazer problemas ainda maiores. Portanto, teríamos muito para falar, mas vamos trazer o nosso abraço e ouvi-los. Obrigado. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Fernanda Melchionna): Obrigada, Ver. Airto Ferronato. Registro a presença do nosso Deputado Estadual Pedro Ruas. Passo a palavra, imediatamente, para o Rodrigo Schley, da União Eletricitária.

O SR. RODRIGO HENRIQUE COSTA SCHLEY: Boa tarde, Ver.^a Fernanda; boa tarde, Vereadores, Deputado; boa tarde aos colegas todos e a todos que vieram aqui prestigiar esta audiência pública. Agradeço pelo espaço. A gente está aproveitando todos os espaços que nos concedem para esclarecer a população e trazer informações que não são trazidas, obviamente, pelo Governo, porque o Governo só traz desinformação. A gente ficou sabendo, recentemente, em uma declaração do Vice-Governador Cairolí, de que a média salarial da CEEE é de R\$ 25 mil. Acho que esse número passa longe dos meus colegas eletricitários, dos meus colegas de atendimento administrativo, dos meus colegas eletricitistas que expõem sua vida em risco todos os dias para prestar um serviço

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
009ª Audiência Pública 14DEZ2016

essencial. Não há nenhum dado, nem no Portal Transparência a gente encontra essa estatística, então dá para ver que o Governo vai usar de todos os artifícios para poder aprovar o seu projeto, inclusive mentir descaradamente e trazer informações que não são verdadeiras. Mas, enfim, esse pacote de maldades do Governo não nos trouxe grandes surpresas. A gente já vinha anunciando isso desde o início do Governo Sartori e vínhamos esperando. A gente não esperava que ele fosse ser tão profundo, mas de certa forma a gente já via alguns sinais de que isso fosse acontecer. O Governo vem precarizando a segurança pública, vem precarizando a saúde, a educação, implantando terrorismo na população gaúcha e agora vem com um pacote mágico que é a privatização das empresas de patrimônio público. Nada mais velho do que isso. E esse pacote tem um conteúdo ideológico muito claro, que é reeditar o projeto de Estado mínimo, iniciado pelo Antônio Britto aqui no Rio Grande do Sul, que agora se aprofunda e se amplia. Na época, nós tivemos dois terços da CEEE privatizada, da área de distribuição, sendo que a parte que permaneceu sob o controle do Estado absorveu 88% do passivo de toda a privatização, passivo trabalhista, as dívidas, e as duas partes que ficaram para as empresas privatizadas iniciaram do zero, com uma estrutura que foi renovada pela própria CEEE, para poder oferecer os lucros livremente. Então, apesar disso, a CEEE continua a sua caminhada, passando por alguns percalços, mas mostrando que é uma empresa que tem força, que tem qualidade, que tem vigor para se recuperar. Tanto é que este ano a CEEE foi agraciada com um prêmio, a segunda empresa no Brasil que mais evoluiu nos seus indicadores técnicos e financeiros. A CEEE tem mostrado uma recuperação surpreendente, e tudo isso fruto da qualidade dos seus trabalhadores e também da gestão que vem sendo feita.

Outra mentira que o Governo vem implantando é que a CEEE não tem capacidade de ampliação dos seus investimentos. A CEEE, nos últimos quatro anos, das distribuidoras de energia, foi a empresa no Brasil que mais investiu. Foram mais de R\$ 2 bilhões de investimentos em redes, em subestações, em novas linhas, tudo isso com recurso público feito de forma eficiente. E a CEEE, além disso, tem mais R\$ 8 bilhões, fruto de uma ação judicial para receber do Governo Federal, ou seja, uma empresa que mais investiu nos últimos anos, que tem demonstrado uma capacidade de recuperação fantástica e que tem um capital de R\$ 8 bilhões para receber, por que ela está sendo privatizada? Por que existe essa intenção de privatizá-la? Então a gente observa o cenário econômico e vê que

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
009ª Audiência Pública 14DEZ2016

existe um grupo estatal chinês que já domina, agora, oficializado essa semana, o controle dessa empresa State Grid sobre a CPFL, que já domina dois terços do mercado de distribuição de energia no Estado e que está de olho também na área da CEEE. Então nós teremos a formação de um monopólio privado na distribuição de energia aqui no Estado, no qual uma empresa, que sequer brasileira é, vai controlar e vai poder aumentar seus lucros através do aumento das tarifas, vai decidir quantas agências ela vai querer disponibilizar para a população, qual é a qualidade de atendimento, inclusive, qual será o salário que os trabalhadores deverão receber e os regimes de trabalho. Esse é o perigo que ronda o setor elétrico gaúcho, um setor estratégico, uma questão de soberania. O Estado que não domina o seu setor energético está fadado ao subdesenvolvimento e à total dependência da sua matriz energética no seu desenvolvimento em relação aos outros países. Então, nós estamos falando do futuro do País, do futuro do Estado, e que agora facilitado pelo Governo Temer, o governo golpista do Temer, que está oferecendo facilidades aos Estados em troca do abatimento da dívida pública, para que privatizem as suas empresas, privatizem o seu patrimônio. Isso tudo faz parte desse projeto que nós combatemos com todas as forças e que continuaremos na luta para que não seja implementado, e que mostra a sua cara extremamente autoritária e antidemocrática ao fechar o Parlamento para o acesso ao povo, e, ao fechar, agora, a Praça da Matriz, onde sequer o povo pode agora se manifestar e se juntar em protesto. Temos que continuar na luta. Ela exige a unidade de todos e todas, então o problema do FDRH, da Cientec, da FEE também é um problema da CEEE. Então nós somos solidários a todas as lutas. Obrigado. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Fernanda Melchionna): Obrigada, Rodrigo. Passo a palavra ao nosso Deputado Pedro Ruas que, além de estar fazendo o enfrentamento firme e forte na Assembleia, mesmo com outra agenda, fez questão de vir um pouquinho aqui na nossa audiência pública da Câmara Municipal. Agradecemos muito, Pedro Ruas, a tua presença e também a tua luta lá Assembleia Legislativa.

O SR. PEDRO RUAS: Obrigado, Fernanda Melchionna, nossa Vereadora proponente desta audiência pública. Vejo com muita alegria, Ver.^a Sofia Cavedon, grande amiga e companheira de muitas lutas, o Ver. Aírto Ferronato, o Ver. Alex Fraga, o Dr. Luiz Afonso

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
009ª Audiência Pública 14DEZ2016

de Melo Peres, representantes... Cumprimento todos e todas e elogio a luta de cada um. Nós vivemos um momento muito difícil ali na Assembleia, porque a circunstância em que chega esse pacote, que é um conjunto de projetos, é muito favorável ao Governo. O momento de final de ano com o Governo com uma grande maioria na Casa é muito favorável. Circunstancialmente, a direção da Casa, a própria presidência da Casa é exercida por uma aliada do Governo. Tudo neste aspecto, na largada, favorece o Governo. Há pouco, o representante da CEEE falava, com razão, que a Casa não permite mais o trânsito de servidores, as pessoas não podem entrar na Assembleia Legislativa. É inacreditável, mas é real, é verdade. Tive, ontem, uma conversa difícil, à noite, com a Presidente da Casa, a Deputada Silvana Covatti, quando eu tinha pedido formalmente que me franqueasse um direito meu, de Deputado, que as galerias fossem utilizadas pelos servidores da Casa, e ela disse “não”. Bom, se eles não entram, eu saio, vou fazer a reunião fora, na Praça da Matriz, o Grande Expediente. “Mas não pode”. Pode! Podem vocês não aceitarem como Grande Expediente depois, isso vai ser uma luta jurídica que vou travar. Tudo o que vocês falaram tem em ata, registrado. Enfim, é um momento difícil neste aspecto. Por outro lado, a nossa mobilização tem sido eficaz, mas, provavelmente, com algum limite no tempo. Quase que eles conseguem botar em votação amanhã. Foi por um triz, a gente denunciou, foi atrás, estamos lutando. Não vou entrar em detalhes aqui, pois não me compete e estragaria as negociações de lá, mas não temos unidade suficiente, à exceção de PSOL e PT, nós não temos unidade suficiente e toda questão tática do enfrentamento. Nós não temos essa unidade. Isso também nos dificulta. E eu ouvi com atenção, meu amigo de mais de 30 anos, Airto Ferronato, que é uma pessoa séria e que tem essa posição de defesa das empresas e das fundações, dos servidores, mas o PSB não vota assim. Digo isso com o maior respeito ao Ferronato, que é meu amigo, e conheço o trabalho dele, fui presidido por ele nesta Casa. Mas o PSB não vota assim, a maior parte vota a favor do pacote, deu acordo para antecipar, para publicar. Então é uma situação delicada, e falo isso com respeito, eu respeito as posições, só não quero que a gente se engane. Eu respeito a posição dos demais partidos, dos demais Deputados, por óbvio, mas eu respeito muito mais a manutenção das fundações, das empresas públicas e o emprego dos servidores. Essa é a nossa causa. As gerações passadas e presentes puderam conviver com estruturas que as futuras não poderão mais ter. Eu hoje dava o exemplo, a Fernanda assistiu, vários aqui ouviram, da Fundergs, que

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
009ª Audiência Pública 14DEZ2016

foi extinta no início do ano. A Fundergs foi extinta e agora as crianças e adolescentes pobres não têm mais nenhuma chance de praticar esportes. Nenhuma chance! Aquela história de que o Governo ia substituir, não deu em nada. E nunca mais teremos uma Daiane dos Santos, campeã mundial que foi criada na Fundergs, a maior ginasta da história do Rio Grande do Sul. Nunca mais teremos, acabou, não haverá mais.

Então tudo o que eles estão dizendo agora, que vão substituir, e que pode fazer outro tipo de pesquisa, e pode outro órgão encampar, é tudo mentira! Eles sabem que é mentira, e quem ficar com eles tem que saber que eles estão mentindo, que as pessoas, ou partido, enfim, estão fazendo aquilo ali conscientes de que é mentira. É mentira! Tenho dito para todos eles sempre: não nos passem mentiras, digam a posição de vocês. Se vocês querem extinguir, por exemplo, a Fepagro, se vão extinguir a Fundação Zoobotânica, que está aqui na Mesa, vocês não têm nada para substituir, vocês não têm alternativa, nem para o Jardim Zoológico, nem para o Jardim Botânico, vocês não têm como mandar matéria-prima para o soro antiofídico para o Butantã em São Paulo. Vocês não têm nada! E nem querem ter, isso é o pior. Hoje a Cristina falou muito bem, dizendo que vamos ficar aqui no reino da TV privada e do rádio privado. E é isso mesmo. E a TVE está na ponta, a TVE e a Corag eles querem, parece que é um ódio até, é uma coisa que não dá nem para conversar. Sério! Há um debate sobre a CEEE, eles aceitam conversar, sobre TVE, FM Cultura e Corag eles não aceitam nem conversar. E FDRH também, lamentavelmente. Às 10h estaremos lá, dando o abraço na FDRH.

Então quero dizer, mais uma vez cumprimentando a Ver.^a Fernanda Melchionna, demais Vereadores e Vereadoras, a todos os que estão aqui, os lutadores desta causa, como disse a Fernanda, eu fiz questão de dar um abraço, de trazer meu incentivo e meu agradecimento porque esta luta tem também nos mostrado muita solidariedade, de muitas pessoas de muitos setores, e isso tem sido um aprendizado muito significativo. Quero dizer que faremos tudo o que estiver a nosso alcance para não votarmos amanhã – essa vitória já está garantida –, para não votarmos na terça-feira – essa vitória não existe, isso tem mais cara de derrota, estamos lutando para poder... Eu garanto a vocês o seguinte, podem escrever todos, aqui, e me cobrar, todos: se nós conseguirmos deixar para depois do Natal, nós vamos vencer. (Palmas.) Depois do Natal, nós vamos vencer. Só para deixar com lógica o discurso. As pessoas podem pensar: “Pôxa vida, o Papai Noel vem?” Não é isso, lamentavelmente não é. Podia vir com um saco de bondades, mas não é. É

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
009ª Audiência Pública 14DEZ2016

que tem no mínimo nove deputados que estão para passar o Natal no Exterior e não voltam antes do Ano-Novo, então, se passar do Natal, nós vencemos. A luta é passar o Natal. Não vou entrar em detalhes, mas a luta é passar o Natal. Claro que isso é uma luta de quem acha que pode vencer, e se achássemos que não tínhamos chance nenhuma, que luta íamos fazer? Nós temos chance, sim, real. Eu acho um perigo bárbaro votar terça-feira, e termos derrotas infundáveis. Votando certo, lutando corretamente, denunciando na tribuna, mas perdendo no voto. Mas acho que dá para ganhar no voto depois do Natal. A luta não vai parar de qualquer maneira, seja qual for o resultado. Há, luz, sim, no fim do túnel, a vitória está, de alguma maneira, a nosso alcance. Parabéns e muito obrigado. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Fernanda Melchionna): Nós é que agradecemos a tua presença, Pedro, com tantas tarefas e tantas lutas, vir aqui prestigiar e dar uma palavra para nós na audiência. Passo a palavra ao Sr. Rafael Marques Brum, da FDRH.

O SR. RAFAEL MARQUES BRUM: Boa tarde a todos, boa tarde à Mesa, Presidente Fernanda e demais Vereadores, Deputado Pedro Ruas e parceiros nesta luta. A FDRH que o Governo tanto quer extinguir... E vou começar com a fala de um serviço que eu acho de extrema importância para o Estado como um todo, tanto para Municípios como para a esfera federal, que é a estrutura que temos na FDRH da Rede Escola de Governo, uma rede de capacitação e educação continuada de todos os servidores do Estado, Municípios e esfera federal. Essa Rede Escola de Governo conta com a parceria de mais de 30 universidades espalhadas em todo o território estadual, onde a FDRH não consegue atingir, ela vai estar lá no Município. Todos os servidores conseguem ter essa educação continuada dessa parceira que a FRDH disponibiliza na Rede Escola de Governo. Na FRDH nós também temos a área de concursos públicos, nós conseguimos fazer concursos de pequeno, médio e até de grande porte. Um dos concursos de grande porte que posso citar é o último concurso do Banrisul, que nós tivemos mais de 120 mil inscritos, provas em todo Estado do Rio Grande do Sul, com a impressão dessas provas para 120 mil candidatos na estrutura da Corag. Ao longo dessa trajetória de concursos públicos da FDRH, posso afirmar com todas as palavras que nunca tivemos nenhum tipo de vazamento de gabarito, vazamento de prova. Então, o serviço da FDRH, na parte de

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
009ª Audiência Pública 14DEZ2016

serviços públicos, é um serviço de excelência. Não há, no âmbito privado, como comparar um serviço público, resolvido por servidores estaduais da FDRH com o privado. Então, esta estrutura é que o Governo Sartori quer extinguir, não quer mais fazer concurso público com a confiança, a credibilidade que tem a FDRH com esse serviço. Também temos na FRDH a administração de 8 mil contratos de estágios. São 8 mil estudantes espalhados nos órgãos do Estado e também municípios que estão se desenvolvendo no mercado de trabalho. Para muitos é o primeiro emprego. Então, o Governo também está deixando de lado toda essa atividade que a FRDH presta a custo zero, tanto estágios, quanto concursos, e para a estrutura da Rede Escola de Governo. Falo custo zero, porque toda a receita da FRDH, receita de recursos próprios vem dessas três atividades da FRDH. Nós recebemos esses recursos e aplicamos diretamente em novos serviços, novos concursos, novos serviços de estágio. Quando esse orçamento de um órgão é empenhado, liquidado e pago para a FRDH isso volta para a sociedade em serviços. Então, toda essa estrutura que a FRDH tem de concursos, estágios e a Rede Escola de Governo, ela representa apenas 0,02% do Orçamento do Estado. Colocando isso em números, podemos verificar, citando apenas um exemplo de um curso que a FRDH fez de treinamento do Siconv: em 2015, nós fizemos um treinamento do Siconv para servidores do Estado e Municípios, e esses servidores, após a conclusão do curso, após suas certificações, puderam voltar ao seu local de trabalho e colocar o aprendizado desse curso em prática. Com a prática desse trabalho conseguiram arrecadar, captar, cerca de R\$ 31 milhões. Essa despesa com o curso, não é despesa, isso é investimento. Somente esses R\$ 31 milhões arrecadados para os seus Municípios são exatamente três orçamentos da FRDH. É uma ação que não conseguimos mensurar nos nossos números, não conseguimos colocar esses R\$ 31 milhões contabilizados nos números da FRDH, mas, indiretamente, conseguimos afirmar que três orçamentos da FRDH foram cumpridos com apenas uma ação da Rede Escola de Governo, sem contar estágios e concurso. Então, encerro a minha fala já ratificando o que o Deputado Pedro Ruas comentou, que é a importância do abraço à FRDH amanhã. E mais importante que esse abraço é que amanhã a FRDH completa 44 anos de existência. Então, fica este convite, e aguardo todos os colegas e os parceiros nesse abraço, que com certeza vai fortalecer bastante a luta da FRDH. Muito obrigado. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Fernanda Melchionna): Obrigada, Rafael. A Sra. Cristina Charão está com a palavra, representando a resistência em defesa da Fundação Piratini.

A SRA. CRISTINA CHARÃO: Boa noite, sou jornalista da Fundação Piratini. Já que nós estamos falando aos Vereadores, à Câmara Municipal de Porto Alegre, eu acho que é importante lembrar que Porto Alegre é a capital cultural do Rio Grande do Sul, é a capital de fato, mas é também a capital cultural, e lembrar que a Fundação Piratini faz parte de uma indústria que movimenta R\$ 11,7 bilhões por ano, que se chama indústria criativa. E é uma das indústrias que mais cresce no mundo, das mais estratégicas, tanto do ponto de vista econômico, como do ponto de vista do desenvolvimento social, do desenvolvimento cultural. Ou seja, quando eu extingo a Fundação Piratini e joga no lixo a história de 40 anos da TVE, e de quase 30 da FM Cultura, o que se está fazendo é jogar no lixo um projeto de estado, um projeto de desenvolvimento que poderia também incluir um enorme contingente de pessoas hoje envolvidas com a indústria criativa. E a quando a gente fala em indústria criativa, a gente está falando de cadeias muito longas de produção, que começa na cabeça do compositor e termina no pipoqueiro. Então, estamos falando também de movimentar a economia não só dos nossos músicos e das nossas músicas gaúchas que tocam hoje por 24 horas na FM Cultura, mas nós estamos falando de tirar dinheiro do taxista que me leva para o show; de tirar dinheiro do vendedor de água que está na porta do show; de tirar dinheiro do electricista que monta o cenário de uma peça de teatro que só tem divulgação na TVE e na FM Cultura. Nós não estamos falando dos nossos empregos, nós estamos falando do trabalho e da renda de muita gente. A extinção da Fundação Piratini quebra essas cadeias produtivas, mas elas também quebram uma lógica importante, que é a da atuação positiva do Estado - Estado com letra maiúscula, e não do Estado do Rio Grande do Sul -, na garantia de um direito fundamental, que é o direito à comunicação. Um direito registrado, como eu venho ressaltando, na Declaração Universal dos Direitos Humanos, o direito à liberdade de expressão. A existência do sistema público de comunicação é uma previsão da Constituição para garantir a complementaridade aos sistemas privado e estatal, como uma forma de se garantir diversidade, pluralidade, representatividade de vários pontos de vista dentro de um sistema de comunicação que, por ser extremamente complexo, precisa, sim, da atuação positiva do Estado para garantir essa diversidade. Então, dá para entender o sangue nos

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
009ª Audiência Pública 14DEZ2016

olhos e a baba no canto da boca de algumas pessoas quando falam em extinguir a TVE e a FM Cultura, porque nós somos um enclave real, verdadeiro, concreto dentro da disputa simbólica que se trava neste País sobre quem somos e para onde vamos. Nós fazemos todos os dias na TVE e na FM Cultura o trabalho de representar aqueles que não estão representados em outros lugares. E é isso que nós queremos seguir fazendo como emissoras públicas pertencentes ao povo gaúcho, aos homens e às mulheres que vivem, trabalham e constroem este Estado. Então, eu repito que não é por acaso que a Fundação Piratini, ao lado da Corag – que também produz informação –, ao lado de fundações de pesquisa e de inovação tecnológica – que produzem conhecimento –, são ameaçadas de extinção. O nosso preço pode ser R\$ 130 milhões, nosso valor é muito maior do que isso. Porque nós somos os agentes que garantem os direitos da população e também a permanência de uma ideia de Estado que protege, que age a favor da população e de Estado que não vai se dobrar à barbárie da ignorância, da falta de memória e da falta de identidade. Por isso, nós, da Fundação Piratini, estamos totalmente abraçados com os nossos colegas, porque, se eles não produzirem informação, eu não vou ter informação para dar. Se eu não tiver o meu lugar de fala, que é o lugar de fala dos homens e das mulheres do Rio Grande do Sul, nós não vamos seguir construindo um Estado que é de todos e de todas, do músico ao pipoqueiro, do cientista ao jornalista, do trabalhador rural à manicure. Somos nós que fazemos o Rio Grande do Sul e nós queremos duas emissoras públicas que representem o Rio Grande do Sul. Muito obrigada. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Fernanda Melchionna): Muito obrigada. A Sra. Jussara está com a palavra.

A SRA. JUSSARA PIRES: Boa noite, sou técnica da Metroplan e aqui eu gostaria de iniciar a minha fala, dizendo que a Metroplan, que muito poucos entendem, é a Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano e Regional. Ela assumiu esse nome após uma trajetória de, talvez, um pouco de perda de identidade, porque a Metroplan foi criada para tratar da região metropolitana de Porto Alegre e foi, ao longo do tempo, absorvendo outras regiões e depois passou a ter atribuições de tratar de todo o Estado do Rio Grande do Sul. A Metroplan, nesta condição de tratar todo o Estado do Rio Grande do Sul, ficou

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
009ª Audiência Pública 14DEZ2016

como último órgão capaz e de prestar apoio aos Municípios na gestão urbana, na qualificação dos seus espaços urbanos, no desenvolvimento de Planos Diretores - toda uma série de trabalhos, nos quais o Estado, ao longo do tempo, abandonou os Municípios. Essa é uma tarefa que não era da Metroplan, mas hoje a Metroplan assume, com muita dificuldade, também esses outros Municípios. A Metroplan também assume outras tarefas que não têm a cara do planejamento, que é a execução ou o acompanhamento de obras por todo o Estado, de Barracão até Bagé. São obras para as quais vêm recursos do BNDES, vêm recursos de órgãos da União ou do próprio Estado, da consulta popular – é a Metroplan que acompanha. Então, muito poucas pessoas sabem desse tipo de trabalho; tem gente que a Metroplan é uma empresa de ônibus e não é. A Metroplan é o agente que operacionaliza toda questão do transporte metropolitano de passageiros: os transportes tanto de linha convencional quanto de fretamento, que acontecem entre os 72 Municípios da região metropolitana de Porto Alegre, da região metropolitana da Serra Gaúcha, da aglomeração urbana do Nordeste e da aglomeração urbana do Sul. São trinta e poucos fiscais que têm a responsabilidade de fiscalizar o cumprimento das rotas, que têm a obrigação de fiscalizar, se o motorista é gentil ou não é gentil, se cumpre o horário e de dar atendimento ao público, quando questiona, inclusive, para saber que ônibus que pega, dentro da região desses 72 Municípios. São trinta e poucos fiscais e mais um grupo. É a Metroplan que operacionaliza o passe livre. Aí tem uma das grandes mentiras que o Governo está plantando a respeito da Metroplan, dizendo que a Metroplan tem um custo de 25 milhões. Dentro desse custo de 25 milhões, 10 milhões são repasse para o passe livre; então, esse recurso não é da Metroplan, ele, apenas por questão contábil, passa pela Metroplan. Então, aí nós temos um custo que já passou a ser 15, ao invés de 25 e, além disso, nós fazemos toda a operacionalização, porque não cai de maduro, não é assim um presente dos céus chegar o passe livre na mão de quem tem que chegar o recurso. Tem todo um trabalho de recebimento de documentação, de prestação de contas, tem que se saber cada estudante que vai usar, se estuda na terça e na quinta de noite...A cada semestre, tem que ser atualizado e, a cada semestre, tem que ser feita a prestação de contas. Referente a esse trabalho, a Metroplan, dentro daqueles 15 milhões que sobraram, está embutido esse custo. Então, é um trabalho que a Metroplan presta para o próprio Estado e que o Estado nega o custo que isso tem. Além desses 15 milhões, nós temos 2,5

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
009ª Audiência Pública 14DEZ2016

milhões, que são de repasse a Municípios para obras, principalmente, de qualificação urbana em que a Metroplan, desde que nasceu em 1970 e poucos, fez este tipo de trabalho de qualificação da malha viária dos Municípios, de pavimentação, que ninguém tem noção disso. A Metroplan tem toda uma *expertise* em acompanhar obras de pavimentação e faz, com poucos engenheiros, ao longo de todo o Estado; pequenas obras, às vezes, até que a gente questiona e muito, porque investir em 100 metros, 500 metros de pavimentação lá em Bagé não me parece muito razoável. A gente questiona como técnico, nisso o Estado poderia estar mexendo. Então, o custo da Metroplan, dos 25 passou para 12,5; portanto, o Estado inflaciona em cem por cento o custo da Metroplan e não considerou o trabalho que a Metroplan presta para o próprio Estado, de acompanhamento dos convênios e de operacionalização do passe livre, fora todo o acompanhamento, que é a razão de ser da Metroplan, do planejamento das relações entre os Municípios, que são extremamente conflituosas. Cada Município tem seu interesse e deve defender seus próprios moradores, e o Estado deve fazer o papel de orientar e de buscar soluções regionalizadas para problemas que não são de um Município só. A gente sabe que, quem estuda em Porto Alegre, muitas vezes, mora em Viamão e trabalha em Canoas. E alguém tem que tratar dessa relação, como essas pessoas se movem ao longo disso, e o papel da Metroplan é esse. Então, eu agradeço aqui o espaço. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Fernanda Melchionna): Obrigada, Jussara, obrigada a Cris, que tinha falado antes. A Sra. Coralia, da Fepagro, está com a palavra.

A SRA. CORALIA MEDEIROS: Boa noite a todos, eu gostaria de agradecer à Ver.^a Melchionna que fez esta oportunidade acontecer, a todos os outros Vereadores e Vereadoras presentes. Eu estou representando a Fepagro, um outro colega deveria vir, mas ele saiu há pouco lá da Assembleia Legislativa, então, eu vou ter que improvisar um pouco aqui. Eu acho que falar a respeito do que a Fepagro faz, nós somos a Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária, seria um pouco cansativo, porque nós temos 11 unidades experimentais espalhadas pelo Estado, onde todas têm experimentos implantados. Nós temos oito laboratórios na sede, onde todos têm experimentos, estão fazendo experimentos e prestação de serviços, nós temos vários laboratórios no IPVDF,

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
009ª Audiência Pública 14DEZ2016

que é o Instituto de Pesquisas Veterinárias Desidério Finamor, em Eldorado, que também faz pesquisas e faz diagnóstico animal. Falar da importância da pesquisa é uma coisa que até é ridícula. O Vereador já falou um pouco e, às vezes, reclamam, que a gente fala do que a pesquisa já fez no Estado. É que, na verdade, a gente só vê o resultado da pesquisa depois de ela já ter acabado, quando os resultados estão sendo implantados. Então, por isso que a gente fala muito de coisas que a pesquisa do Estado já fez, como resolver a questão da febre aftosa. A gente comenta muito a respeito de coisas que a gente fazia, hoje a gente já deve se distanciar e não fazer mais, porque a empresa privada já tomou esse espaço. Mas por quê? Porque nós organizamos cadeias produtivas, nós organizamos negócios, nós formamos uma cadeia produtiva. Depois que está formada, depois que começa a ter uma visibilidade de lucro, entra a empresa privada. E obviamente tem um mercado formado, tem uma estrutura diferente e aí não nos cabe mais atuar. Isso acontece, e a gente tem se modernizado. Esta questão de que a gente ainda vive no passado é porque as pessoas não conhecem o que nós fazemos hoje, porque, geralmente, a gente fala daquilo que nos deu visibilidade, porque hoje já se vê a consequência daquilo que se fez no passado. Então, o que eu quero dizer para vocês é, se eu fosse dizer o que se faz em todas essas estações experimentais, seria aqui cansativo. Falando a respeito deste pacote, e eu vendo vocês aqui, o que me passou, eu me lembrei... Vocês me desculpem, a gente fica muito emotiva nestas horas, e eu sou meio chorona para isso, com outras coisas eu não choro. A Elis que cantava: “o Brasil não conhece o Brasil”; agora, me parece que o Rio Grande do Sul não conhece o Rio Grande do Sul, não é? Nós estamos nos conhecendo, e tem pessoas que não conhecem e não querem conhecer, querem fazer uma outra realidade. Eu até não entendo... A gente sabe que tem interesses por trás, mas, na verdade, de fato, o que de social vai vir de bom para o Estado com essa questão? Eu tomei nota aqui, Osório, quanto tu falaste que o nosso trabalho não é para dar lucro, é a consequência dele que vai ser lucrativa. Isso é óbvio! Quem não entende isso? Por que não querem que isso seja entendido? Há distorções das informações, como o colega da CEEE falou: “Não, não se preocupem, a pesquisa vai ir para a Secretaria da Agricultura e vai continuar tudo igual”. A gente sabe que não é verdade. Nós temos fatos concretos para dizer isso; nós temos vários projetos de pesquisa aprovados que estão com verba de CNPq, de Fadergs, de Finep, essas instituições de fomento à pesquisa dão verba para instituições de pesquisa.

A Secretaria da Agricultura não é uma instituição de pesquisa. Esta semana – os colegas até passaram *e-mail* para todos, parabenizando –, nós tivemos quatro projetos de pesquisa que foram aprovados no edital universal do CNPq. Gente, quatro parece pouco, mas é o Brasil inteiro que concorre, todas as universidades, todas as instituições de pesquisa, e quatro para a Fepagro é coisa muito boa, muito boa. Eu fico preocupada como é que esses colegas vão executar esses projetos de pesquisa se não tivermos mais o ambiente de pesquisa que a gente tem que ter, e, obviamente, na situação que o Governo pretende, nós não teremos. Quando eu penso a quem interessa... Para nós isso seria um *tsunami*, esse desastre às vezes me parece mais... Quando os colegas foram visitar Deputados, falaram, inclusive, com gente da base aliada que diziam: “Ah, mas nós não sabíamos que vocês fazem isso”. “Vocês fazem isso?” Parece que é assim: “Decidimos que vai ser e vai ter que ser”. É mais uma demonstração de força, de poder, mas é poder de causar um desastre. É bom para quem? A gente ainda tem esperança e vamos continuar. Muito obrigada a todos.

A SRA. PRESIDENTE (Fernanda Melchionna): Obrigada, Coralia. O Luiz Alberto Schreiner, nosso representante do Senge/RS, que está fazendo várias atividades também contra o pacote e em defesa das nossas estatais – obrigada pela presença –, está com a palavra.

O SR. LUIZ ALBERTO SCHREINER: Muito obrigado pela oportunidade. Boa noite Ver.^a Melchionna, cumprimentando a Vereadora, cumprimento os demais Vereadores, cumprimento os colegas dos sindicatos e das entidades. Quero agradecer essa iniciativa da Câmara de Vereadores, porque eu acho muito importante as câmaras municipais se envolverem nesse processo, porque é nos Municípios que se completa o ciclo da energia, é onde é o ponto de entrega, é onde mora o consumidor, que percebeu uma melhora substancial no atendimento da CEEE Distribuidora. Isso foi demonstrado na pesquisa da Aneel, que mostrou que a CEEE, nesta última pesquisa, subiu 24 posições no *ranking*. Esse é um dado muito significativo e contrapõe o que dizem os técnicos do governo, que aconselham a venda da CEEE, sem embasamento técnico, dizem que ela não tem solução em si mesma. Isso, na verdade, é uma falácia, nós temos um trabalho que foi desenvolvido por técnicos da companhia e uma nota técnica que demonstra isso. Essa

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
009ª Audiência Pública 14DEZ2016

nota técnica foi divulgada aos Deputados da nossa Assembleia Legislativa, esse documento também está disponibilizado no *site* do Senge, numa matéria que foi feita a respeito disso. Eu gostaria de dizer também que, além da percepção dos Municípios onde estão os consumidores, o grupo CEEE é alavancador do desenvolvimento gaúcho, ao contrário do que diz o Governo do Estado, do que dizem os técnicos fazendários. O grupo é alavancador por quê? Porque nos últimos quatro anos investiu R\$ 2 bilhões na planta elétrica, em equipamentos, subestações, linhas, redes elétricas, transformadores, e o resultado disso é essa melhora na percepção por parte do consumidor. Esses investimentos são de longa duração, como a colega aqui da pesquisa falou, eles não se manifestam na hora em que estão sendo feitos, têm um certo tempo de maturação.

Outra questão que eu também gostaria de lembrar aqui é de que a CEEE é, sim, uma indutora de desenvolvimento que atrai investimentos para o Estado. Um exemplo disso é o linhão de 500 MW que a CEEE construiu para parte da região de Porto Alegre, e vai até o Chuí, é um linhão que foi construído para escoar os parques eólicos, o Complexo Eólico Campos Neutrais, é um megaempreendimento, é o maior parque eólico da América Latina, são 500 megawatts de energia, trouxe bilhões de investimento para o Estado, tecnologia nova, energia limpa. Essa linha foi construída atravessando o Banhado do Taim, com todos os cuidados ambientais, com todos os licenciamentos aprovados pela Fepam, então não há nenhum motivo objetivo que justifique a venda da Companhia Estadual de Energia Elétrica. Na questão ambiental, além do complexo eólico, foi construída uma linha subterrânea, que parte da Porto Alegre 9 – subestação que fica em frente à Arena do Grêmio, na *freeway* – e vem margeando o Guaíba até a subestação Porto Alegre 4, que fica em frente ao Shopping Praia de Belas. A maioria da população nem sabe da existência dessa linha, que foi construída de modo subterrâneo para que não houvesse impacto visual na orla do Guaíba, onde está sendo desenvolvido o projeto de revitalização.

Outra questão é sobre a atração de investimentos. A CEEE bancou, por conta própria, na época em que a GM veio se instalar no Estado, uma linha de 19 quilômetros, de 230 KW, para viabilizar a subestação que atende ao complexo eólico da GM, desde aquela época da implantação.

Outra questão que eu quero trazer aqui é a da subestação – que também é uma questão ambiental – Menino Deus. É uma subestação que foi construída para a Copa, faz a

ligação da Av. Edvaldo Pereira Paiva com a Av. Pinheiro Borda, fica junto àquele viaduto novo. Boa parte da população não sabe que tem uma subestação ali dentro, é um prédio comum.

Além disso, tem outras questões que a CEEE tem ajudado muito, como na cadeia produtiva. A CEEE tem mais de 50 fornecedores, boa parte deles depende quase que exclusivamente da CEEE, essa cadeia foi se especializando ao longo do tempo, nós temos fornecedores de cabos, de isoladores, de ferragens para linhas de transmissão que agregam muito valor à produção. Eram empresas que, no passado, produziam implementos agrícolas, como, por exemplo, Forjasul e Kepler Weber. A Forjasul produz equipamentos para linhas, a Kepler Weber produz torres para linhas de transmissão, nós temos outras empresas de alta tecnologia, como a Alps e a Novus, que fazem relés, equipamentos para a supervisão de subestações, ou seja, é uma cadeia riquíssima, que emprega técnicos, engenheiros e traz muito valor em termos de impostos arrecadados. No caso de privatização da empresa, esses empregos e essa arrecadação de impostos provavelmente vão migrar para a Ásia, porque a State Grid é uma empresa estatal chinesa, e, sendo estatal estrangeira, ela nos serve, como estatal brasileira não serve. Esses empregos migrarão para a Ásia. O ICMS não vai mais ser recolhido no Estado, a exemplo do que está acontecendo hoje em Rio Grande. Tivemos a notícia, anteontem, que foram demitidos 3,2 mil funcionários no Polo Naval, e, provavelmente, esses empregos estarão sendo exportados para a Ásia, como no passado, quando eram feitas as plataformas em Singapura e em outros países da Ásia.

Bom, eu poderia continuar falando aqui, mas tem muitos colegas que querem se manifestar. Eu agradeço o espaço. Vou repetir o que disse o Deputado Pedro Ruas: nós vamos sair vitoriosos desse processo, porque estamos unidos, estamos pegando juntos. Tenho a confiança, sim, de que, com a ajuda do nosso Legislativo Municipal, Estadual, nós vamos vencer essa batalha. Obrigado a todos.

A SRA. PRESIDENTE (Fernanda Melchionna): Obrigada, Luiz Alberto, Vice-Presidente do Senge/RS. O Sr. Luiz Carlos Pereira está com a palavra.

O SR. LUIZ CARLOS PEREIRA: Boa noite a todos. Estou aqui representando o Senergisul, Sindicato dos Eletricitários do Rio Grande do Sul. Quero dizer que esse filme

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
009ª Audiência Pública 14DEZ2016

nós já vimos, um tempo atrás; participamos ativamente desse processo, naquele momento em que a então CEEE, que era a única empresa geradora, transmissora e distribuidora de energia elétrica no Rio Grande do Sul, foi dividida e privatizada, em duas áreas de concessão. Naquele momento, nós também tínhamos um movimento único dos eletricitários em todo o Estado, participamos ativamente na defesa da manutenção da CEEE como uma empresa pública e continuamos até hoje, através da história do Sindicato do Senergisul, que tem 75 anos, completados agora, dia 20 de dezembro, na defesa dos interesses dos eletricitários, como participante de todo esse processo de defesa do interesse também da sociedade do Rio Grande do Sul. Vimos hoje, mais uma vez, esse movimento... Além da CEEE, as entidades, as instituições, todas que estão dentro desse pacote, assim como seus corpos funcionais, seus técnicos e trabalhadores passam pela angústia em que nós também vivemos, momentos daquela época. Hoje, a gente percebe isso nitidamente, nos olhos de cada um que está aqui, defendendo esse interesse e essa manutenção dos empregos das famílias e da nossa sociedade. Energia elétrica é um insumo fundamental para o desenvolvimento do Estado; nós temos isso desde sempre conosco. Eu posso dizer isso particularmente, já que nasci e me criei dentro da CEEE, aprendi a andar de bicicleta com a bicicleta que era da CEEE – meu pai também era funcionário da CEEE. Então a história a gente conhece tal como ela é, e vivemos isso, vivenciamos, também, esses momentos. Hoje não é diferente. Nós estamos aqui discutindo esse processo em que se discute um modelo de Estado. Defendemos a nossa sociedade gaúcha porque nós percebemos, hoje, que muitos dos recursos auferidos pelas empresas que foram privatizadas se esvaíram do nosso Estado sem que fossem reconduzidos para que houvesse uma alavancagem no processo de desenvolvimento do nosso Estado. Então isso é uma situação que, de fato, faz com que nos unamos, hoje, em prol dessa questão.

Também quero dizer para vocês que, nesse histórico todo, nós jamais arredamos os pés, sempre defendemos a CEEE como uma empresa pública, eficiente e eficaz, porque nós entendemos que ela faz extremamente a diferença no processo de desenvolvimento do Estado. Nós estamos colocando coisas em cheque, hoje, com a vinda de uma estatal chinesa, como já foi dito aqui, já que as nossas estatais não servem, mas as do exterior servem para desenvolver a nossa sociedade. É importante defendermos os nossos interesses e os interesses da manutenção das empresas, das entidades, das instituições

públicas. Nós temos a capacidade, temos as condições, aqui, através do nosso povo trabalhador, de fazer o melhor e servir, também, de *benchmarking*, como chamam, com todos os outros trabalhadores, entidades, empresas de qualquer parte do mundo. Nós temos qualificação para isso e temos a condição de fazer, só depende de nós. Muito obrigado, uma boa noite.

A SRA. PRESIDENTE (Fernanda Melchionna): Obrigada, Luiz Carlos. O Sr. Claudiomiro Machado, representante do Cientec, está com a palavra.

O SR. CLAUDIOMIRO MACHADO: Boa noite, Ver.^a Fernanda, Ver.^a Sofia, Ver. Airto Ferronato, Ver. Prof. Alex, Deputado Pedro Ruas – ontem Vereador, hoje Deputado, amanhã, quem sabe, nosso Governador –, companheiros representantes das instituições que estão com a corda no pescoço e demais companheiros aqui presentes. Ver.^a Fernanda, eu, às 21h, tenho um compromisso. Está comigo aqui o engenheiro Leandro Taborda, Vice-Presidente da Associação dos Funcionários da Cientec, que ficará aqui, de repente, para prestar esclarecimentos sobre os questionamentos dos demais que estão aqui nos assistindo. A Cientec, agora, dia 11, esteve de aniversário, completando 74 anos, e nós recebemos, como presente de aniversário, essa carta que nos colocou no paredão. A proposta de um “rio pequeno do sul” não pode passar, estamos frente a um absurdo jamais visto na história da humanidade. Que me corrijam os companheiros presentes, onde, neste planeta, mesmo em regime mais autoritário, a ciência e tecnologia foram descartadas ou relegadas a um segundo plano em importância? É inaceitável que, em um regime democrático, em uma conjuntura diversa, econômica e socialmente, um Governo abra mão de ativos públicos importantes na elaboração e na execução de políticas públicas. Ciência e tecnologia, cultura e educação, informação e comunicação são a base para a formação de um Governo forte, socialmente justo. Um estado independente e soberano, entre outras coisas importantes, só se realiza com a preservação e a construção do conhecimento e com a preservação de sua cultura – são dois elementos fundamentais no desenvolvimento de uma sociedade justa e solidária. Infelizmente, esse Governo quer destruir, abrir mão da ciência, da tecnologia, da cultura, da informação e da comunicação, um suicídio político do nosso Estado, a entrega do nosso ativo público aos interesses especulativos do capital financeiro e à gula daqueles

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
009ª Audiência Pública 14DEZ2016

que mais se serviram das benesses do erário público. Este Governo, representante do capital, é contra a própria lógica da economia, aumenta o custo de vida dos nossos conterrâneos com o aumento dos impostos - aumento do ICM - e, em contrapartida, não paga salário do funcionalismo em dia, quebrando a cadeia econômica do comércio e, conseqüentemente, a produção industrial. Se eu fosse o Prefeito Fortunati, eu entraria com um processo contra o Governador do Estado, porque ele está quebrando o Município ao parcelar o salário do funcionalismo. O Governador Sartori, hoje, se declara um caloteiro, um dos piores agiotas, porque, parcelando os salários dos funcionários – eu, por exemplo, sou professor do Estado –, nos coloca contra o Banrisul, pagando juros escorchantes, por necessidade. Nós estamos hoje na pindaíba. São procedimentos que aumentam os nossos problemas econômicos e sociais, aprofundando ainda mais a crise financeira do Estado, deste Governo, já sem credibilidade. Os atos deste Governo já se refletem na capital dos gaúchos. Em muito pouco tempo, estarão os municipais nas ruas.

Senhoras e senhores, a luta que travamos neste momento não é só para empregos, o que por si só já seria muito importante; nossa luta é por uma possibilidade futura para os nossos filhos e netos, por um Rio Grande para todos com instituições fortes e que por sua natureza podem ajudar a construir um Estado de todos e para todos. Em nome dos colegas da Cientec, em solidariedade a todos os trabalhadores das demais entidades atacadas pela sórdida ação deste Governo submisso a serviço da gula do grande capital, fica aqui os meus mais sinceros votos de unidade e comunhão de objetivos, que é de derrotar esse pacote, resistir, ocupar e avançar, e “Fora, Sartori!” e “Fora, Temer!”. Boa noite. Muito obrigado. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Fernanda Melchionna): O Sr. André, representando a FEE, está com a palavra. Gostaria de registrar a contribuição inestimável para as 11 medidas do André, não só como economista, mas também como ativista social.

O SR. ANDRÉ SCHERER: Obrigado. Gostaria de agradecer à Ver.^a Fernanda pela oportunidade, aos demais Vereadores da Mesa e aos colegas das Fundações e órgãos que são atingidos pelo pacote do Sartori. A Vereadora me pega aqui meio de improviso, realmente, peço desculpas por qualquer coisa, vou representar a FEE. Primeiramente,

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
009ª Audiência Pública 14DEZ2016

vou falar um pouquinho sobre o pacote, antes de contar um pouquinho sobre a FEE, falar que o pacote tem essa lógica de atacar o corte a despesa e não atacar verdadeiramente as causas que nos levaram a essa situação, que são principalmente a desoneração de impostos. Vamos deixar claro o que acontece. Há 20 anos, veio a Lei Kandir e desonerou todos os impostos de exportação, ao mesmo tempo se cria o Fundopem e se entra na guerra fiscal. Tem-se dupla desoneração de impostos, nesse caso, isso representa 16 milhões de reais anuais que estão sendo não pagos em ICMS, em outros impostos aqui no Estado. Evidentemente que nenhum Estado deixa de arrecadar essa quantidade sem sofrer as consequências ao longo do tempo. Ponto número um: o pacote não toca naquilo que é fundamental; segunda coisa, renegociação da dívida. A dívida já está paga, todos nós sabemos, evidentemente, o IPCA foi reconhecido como indexador da dívida, no entanto, não foi aplicado retroativamente. É um negócio meio estranho porque diz assim: a gente errou o índice de correção da dívida, no entanto, a gente não corrige aquilo dos últimos 20 anos para cá. É algo que é meio absurdo também, isso representaria, com a retirada dos juros, que hoje estão em 4%, antes eram 6%, por si só, uma eliminação dessa dívida também aqui para o Estado do Rio Grande do Sul, então mais 3,5 bilhões. Aqui não digo vamos desonerar tudo, vamos reonerar tudo, digo uma parte pelo menos. É engraçado que se fala tanto em teto, teto do gasto, mas não se fala em teto da desoneração, por exemplo, em teto para essas desonerações fiscais que jogaram, não só o Estado, mas até o nosso País também nessa crise fiscal. Tudo é desoneração. O problema não é da atividade, todo o problema é que, se não arrecada, evidentemente, como vai cumprir seus compromissos? Ainda mais num momento em que o ciclo é um ciclo de baixa, como a gente tem aqui no Estado e no País neste momento.

Falando um pouquinho sobre a FEE, ela é uma instituição de 43 anos, é uma instituição extremamente enxuta, temos 150 funcionários mais ou menos, os números do Governo do Estado estão totalmente errados mais uma vez, só para variar um pouco. Nós temos 52 funcionários estatutários, e os demais são celetistas, por uma questão legal, jurídica. A FEE continuaria custando ao ano 17 milhões, portanto, os 30 milhões que o Governo do Estado diz que vai extinguir, completamente errado, já começa por aí.

Segunda coisa que queria colocar para vocês também sobre as desinformações do pacote é o fato de que o Governo do Estado tem passado sistematicamente a ideia de que a extinção desses órgãos representa 10% da folha do Executivo. Pessoal, isso é um

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
009ª Audiência Pública 14DEZ2016

absurdo completo. O que eles fazem? Eles fazem o seguinte, para verem a má-fé dessa informação, pegam o valor anual das instituições e comparam com uma folha mensal do Estado. Ou seja, para que valesse realmente 10% da folha do Executivo precisaria dez anos de trabalho das Fundações, para que valesse uma folha do Executivo de um mês, um mês de folha do Executivo teria que acumular durante dez anos o custo dessas instituições que vão ser extintas. Essa informação tem sido passada sistematicamente. A FEE é o repositório das estatísticas, como vocês sabem, produtora de estatísticas, trabalha junto ao IBGE, IPEA, todas as instituições, reconhecida internacionalmente, hoje tem quadro com 36 doutores e 63 mestres, ou seja, é disso que se está abrindo mão. A maior parte deles foi formada e paga inclusive com recursos do Estado nos últimos anos, tem um quadro novo, razoavelmente novo, porque foram feitos concursos, o Estado investiu nesse quadro. É um quadro multidisciplinar para dar conta de toda a questão socioeconômica do Estado. Então a gente tem lá dentro internacionalistas, geógrafos, cientista político, economista, sociólogo, estatísticos – é o maior ambiente fora da Universidade Federal em número de estatísticos, há dez estatísticos hoje trabalhando na Fundação de Economia e Estatística. A parte meio é uma parte extremamente enxuta, cerca de 20 pessoas somente dão conta de toda a questão administrativa, jornalismo, etc, tudo lá dentro. É um órgão moderno, acho que não preciso falar muito mais do que se esperaria de um órgão ágil e moderno, dá conta das questões do PIB, dá conta das questões de devolver a FIA, dá conta das questões sociais, calcula o índice socioeconômico, calcula índices sobre ciência e tecnologia, calcula índices sobre a questão ambiental no Estado, participa de mais de cinquenta convênios, faz oito publicações periódicas constantes, tem uma das revistas de conjuntura mais antigas do Brasil, com 43 anos, tem uma das revistas mais conceituadas na área de ciências sociais, que é a revista Ensaios Econômicos, que tem sei lá quantos anos, 40 anos pelo menos de existência, produz várias análises, por exemplo, a gente produziu um estudo chamado RS2030 projetando questões demográficas e não só isso, quais seriam as oportunidades, potencialidades do Estado para servir ao planejamento. Esse estudo, o Estado do Ceará copia a mesma metodologia aplicada pela FEE, no entanto, coloca em licitação para que uma consultoria privada faça o estudo que foi feito aqui integralmente por nós, e o valor máximo dessa consultoria é de R\$ 3,6 milhões. Um estudo da FEE, só um estudo da FEE vale R\$ 3,6 milhões pelo mercado hoje em dia. Realmente, há um interesse muito

forte em destruir essa instituição porque esse pessoal todo, que nós sabemos, ligado à FIERGS, à Agenda 2020, à Gerdau, ao Movimento Brasil Competitivo, etc., já está na boca ali para vender, repassar e ganhar em dobro, ou seja, vai custar três, quatro, cinco, seis vezes para fazer um trabalho dez, vinte, trinta, cem vezes pior do que é feito hoje em dia pelos técnicos da FEE. Então, dizendo isso, mostro o caráter, o que tem por trás realmente desse pacote, que é contratar serviço privado mais caro. É isso que está por trás desse pacote. Boa luta para todos nós, vamos tentar derrotar esse pacote e, com certeza, vamos tentar conseguir preservar aí o que nos resta ainda de história e de oportunidade para o futuro. Muito obrigado. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Fernanda Melchionna): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Boa noite, pessoal, meus cumprimentos a todos os lutadores e lutadoras, Ver.^a Fernanda pela iniciativa, Prof. Alex e Ver. Airton. Escutando vocês atentamente, já estive em várias atividades de diferentes ordens, quero concordar, primeira questão, com a Coralia, que nós não conhecemos o Rio Grande, que nós não nos conhecemos, e fazer a primeira relação que é por isso que querem terminar com a TVE e FM Cultura. O lixo dessas mídias privadas, financiadas pelo poder econômico, o lixo que nos passam impede a população gaúcha, brasileira de saber o valor que tem uma pesquisa autônoma, uma capacidade, um estado de induzir desenvolvimento, planejamento, necessidade de ter dados para planejamento e pesquisa, enfim, de oferecer uma semente melhorada gratuitamente e não na mão das empresas. E, de outro lado, essa mídia reproduz o pensamento único que hoje 90% dos brasileiros estão convencidos que o Estado público, o servidor público é caro, é ineficiente, é descartável. Então, nós sabemos o que nós estamos enfrentando, não é aqui, é no Brasil; é esse modelo. Quem achava que o golpe era para tirar a Dilma só por uma disputa de espaço e de poder está muito enganado, eu acho que está enxergando. É uma nova onda neoliberal, um modelo límpido, nítido e nada fácil de enfrentar, porque infelizmente, como nós não fizemos a reforma política que deveríamos ter feito, o povo brasileiro se dar conta, os parlamentos estão cada vez mais conservadores, mais a serviço desse modelo, o serviço da exploração do lucro, do rentismo em especial; do capitalismo em resumo.

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
009ª Audiência Pública 14DEZ2016

Mas para animar um pouco vocês, eu quero lembrar de que nós conseguimos, a este modelo que está entrando em Porto Alegre com tudo, impingir a primeira derrota. E essa primeira derrota ao modelo Marchezan, porque ele já anunciou na campanha, ele não fez igual ao Sartori de se fazer de gringo bom, de que depois vai ver; ele já disse, deixou claro que vai fazer uma secretaria de PPP, ele disse que se não tiver lucro ele vai vender, vai privatizar, ele disse e a população votou. Votou porque tem o convencimento que a gente... e o convencimento da crise também. A crise é vendida, vendida que tem, tem, tem... E nós estamos enfrentando e vamos enfrentar em Porto Alegre. Eu acho que a gente conseguiu fazer, óbvio que tem um contexto um pouco diferente, mas o que a gente fez, da semana passada para cá, foi os partidos de esquerda desta Câmara, com o movimento dos municipais e das municipais, numa sintonia fina, numa luta articulada, forte, numa presença forte. Claro que ainda temos um espaço que é uma fonte de recurso que estava claro que estava ali, mas que o Marchezan proibiu de usar. Que era o IPTU: "Eu proíbo, nós não vamos dar desconto em IPTU; é minha receita". E foi insistindo nessa fonte de recurso e, com a mobilização e a despeito da vontade dele, a gente conseguiu viabilizar o desconto ao usuário, ao cidadão. É um desconto que existia há 28 anos e a garantia... porque ele mandou para cá. O Fortunati mandou para cá o parcelamento, coisa que nós nunca vivemos aqui, a mudança à Lei Orgânica para parcelar o 13º. E a discussão que a gente fazia com a categoria, o modelinho é o mesmo, ou nós fincamos uma trincheira aqui para apoiar os funcionários estaduais para dizer que tem saída. Essa ideia do pensamento imune de que não tem o que fazer nós já conhecemos, nós sabemos o que tem que fazer, está aqui nas propostas organizadas pelo pessoal, pela equipe que ajudou, traz alternativa que estão sendo colocadas, estão sendo discutidas no Brasil e aqui nas desonerações; eu não vou repetir o que vocês disseram. Só que a força dessa voz para a gente mostrar para a população e convencer o Parlamento não é fácil. Mas essa batalha não está perdida: é possível. Eu quero, então, encaminhar a minha fala que é muito de escutar vocês e dizer que a nossa bancada do PT, a estadual, os 11 Deputados e Deputadas estão todos com essa nitidez, vamos fazer o combate de cabo rabo, não vamos dar moleza para passar isso. Nós estamos trabalhando nesse sentido e muito convencidos de que a unidade do movimento dos trabalhadores estaduais pode, sim, alterar o absurdo que nós estamos vivendo em relação ao Legislativo Estadual. Aqui, nesta semana, os municipais lotaram a Câmara duas vezes! A Câmara fechada, do jeito

que está aquela Assembleia, jamais! Vocês sabem que ela já foi ocupada e inclusive poderia estar, porque tem outra cultura, ela é mais horizontal; é um absurdo aquela Assembleia hermética. É o segundo Poder do Estado a ter a responsabilidade de representar a diversidade, de representar a problematização do Poder único do Executivo, todo poderoso. Sem Parlamento nós sabemos que é o totalitarismo, nós sabemos que é a imposição de um pensamento só, porque majoritária é majoritária; agora, proporcional é proporcional! Responsabilidade do Parlamento é ouvir a população, é ser permeável, dialogar e fazer o Estado ou o pensamento eleito majoritariamente escutar a diferença, porque, no Parlamento, está a representação das minorias, de quem não elegeu, inclusive, o Governador. Então, isso que é inaceitável. E quanto a isso, eu sugiro que se entre na Justiça! Eu quero sugerir para vocês eu estava pensando no que eu posso? Eu acho que é impossível que o Parlamento se feche e impeça a população de falar! Eu acho que o Judiciário...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. SOFIA CAVEDON: É isso aí. E eu acho que nós temos tempo de fazer, rapidamente, porque no bafo, no diálogo, na presença dos servidores é diferente a coragem de os deputados fazerem o crime que o Sartori quer fazer com a inteligência do Estado do Rio Grande do Sul, com as possibilidades de criar soluções para os problemas do Estado do Rio Grande do Sul. Então, nós somos solidários a vocês, a nossa bancada está junto com a esquerda lá. E força, nenhuma batalha está perdida enquanto a gente a trava; só quando a gente desiste dela. Então, estamos juntos, nós vamos conseguir, vocês vão ver. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Ver.^a Fernanda Melchionna): Obrigada, Sofia. O Sr. Patrick Colombo, da Fundação Zoobotânica está com a palavra.

O SR. PATRICK COLOMBO: Boa noite a todos e todas. Agradeço a oportunidade de estar aqui falando um pouquinho do nosso trabalho na Fundação Zoobotânica, nossa querida FZB. Eu queria lembrar aos colegas que a gente já viveu esse inferno no ano passado, e, com muita mobilização, a gente conseguiu escapar e eu tenho certeza de que

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
009ª Audiência Pública 14DEZ2016

agora, com todos juntos, a gente vai escapar de novo. Uma coisa legal que a colega da Fepagro falou é que uma das vantagens de ser fundação é que a gente tem condições de captar recursos de órgãos de fomento como CNPq, FAPERGS e outros por aí. Então, a gente pode gerenciar o nosso dinheiro e fazer as nossas pesquisas. Eu quero dizer também que é um momento muito triste, quando se tenta jogar fora anos de formação e conhecimento que estão disponíveis e guardados nas nossas fundações, nas nossas companhias; isso é muito grave na verdade, como vocês estão reforçando agora.

Falando, agora, um pouquinho sobre a questão da Zoobotânica, com relação ao soro antiofídico, que o Dep. Pedro Ruas lembrou, todo conhecimento gerado na FZB fundamenta a maior parte da boa gestão ambiental do Estado do Rio Grande do Sul, tudo o que a gente faz lá baliza isso.

Outra coisa engraçada, a Fundação Zoobotânica tem um monte de coisas que eu poderia extensamente falar aqui, mas eu quero falar uma que eu acho fundamental: fala-se muito em educação, não é? E a Fundação Zoobotânica, através do seu parque zoológico, do seu Jardim Botânico e do Museu de Ciências Naturais, é o único órgão que executa a política de educação ambiental no Estado do Rio Grande do Sul. Então, isso é super estranho, no momento em que se fala muito em ter educação e gerar conhecimento, acabar com um órgão que faz isso. Então, como encaminhamento, pessoal, para terminar rapidamente a minha fala, porque já foi falado bastante aqui, tem que continuar a luta. Como eu falei, a gente passou esse calvário no ano passado e vencemos. Agora, por exemplo, os nossos colegas estão na Assembleia Legislativa e, assim que terminar, também vou para lá, nós estamos de vigília, estamos lutando. E vamos continuar lutando; era isso. Muito obrigado. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Ver.^a Fernanda Melchionna): Obrigada, Patrick. O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra.

O SR. PROF. ALEX FRAGA: Boa noite, já se foi o nosso dia. Aos presentes, é muito triste o cenário que está diante de nós nas três esferas: federal, estadual e municipal. Parece que não há, nesses tempos, nenhum bom senso com relação aos governantes que foram colocados nos seus cargos de uma ou outra forma, estou me referindo especificamente ao Temer, ao Presidente não eleito do Brasil, com a sua PEC nº 55, e a

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
009ª Audiência Pública 14DEZ2016

desgraça que ela vai ocasionar principalmente nas áreas de saúde, educação, que são áreas extremamente sensíveis, principalmente para mim, professor há 16 anos. Isso tem a ver também com o Patrick, boleiro, um grande jogador de basquete. Nesse momento estamos também sob ameaça do pacotinho do Marchezan, que já foi assinado. Fomos comunicados que ele vem amanhã até esta Casa apresentar as suas maldades, maldades essas que tiveram inspiração, ele tem professores, e um dos professores é José Ivo Sartori. Como foi muito bem lembrado, não é por acaso, isso é pensado, isso é estudado, isso é analisado, e, obviamente, nós sabemos quem é prejudicado com esses fechamentos, com essas extinções e com essas vendas: a população de Porto Alegre, os servidores. Agora, quem é favorecido? Eu sempre tento analisar e enxergar quem vai receber favorecimento com essas ações. Uma delas me parece bem clara, a venda da Corag, ou a extinção da Corag, para mim, é bem clara. Nós temos aí, ano após ano, prejuízo da Zero Hora. O que é que eles vão fazer com aquele parque gráfico que está diminuindo, está sendo enxugado? Eles têm cada vez menos assinantes, eles têm cada vez menos tiragem, menos circulação. Acredito que o José Ivo Sartori está preparando o terreno para os seus amigos. É isso, essa é a questão.

Uma das fundações que eu mais conheço é, obviamente, a Fundação Zoobotânica, porque sou professor de Biologia, formado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, e sei do seu valor inestimável para a pesquisa. Foi defendido nos veículos de comunicação que outros órgãos – inclusive nesta Casa, por alguns Vereadores da base do Sartori, do seu partido, o PMDB –, como as universidades, podem suprir a pesquisa que a Fundação Zoobotânica faz. Aí eu tive que contra-argumentar: muitas dessas universidades vão até a Fundação Zoobotânica para utilizar o seu acervo para pesquisa, ou seja, isso, de certa forma, prejudica, inclusive, as instituições universitárias, as academias. Mas parece que não há esse bom senso, não há essa visão.

A Fepagro também. Tive um problema durante o final do curso, questionando se eu queria realmente fazer Biologia, trabalhar com ciência de base, pesquisa de base, ou, então, licenciatura, que são ramos complicados neste Brasil, porque não existem grandes investimentos nessas áreas. Uma coisa que eu sempre gostei foi de ver o Globo Rural. Aí eu pensei: será que agronomia não é legal? E a Fepagro sempre esteve dentro das minhas admirações, porque nós vivemos num Estado cuja matriz econômica é, principalmente, a atividade agropecuária. A Lei Kandir, como foi muito bem destacado,

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
009ª Audiência Pública 14DEZ2016

traz prejuízo, um prejuízo direto para a economia do nosso Estado, essa economia que é agrícola, que é pecuária. A Fepagro capacita os produtores, capacita os Municípios, fornece informações e instruções que podem qualificar a nossa produção e aumentar a produtividade. Uma coisa que me entristece é ver que boa parte dos produtores de arroz do nosso Estado ainda faz plantação com campos inundados, quando existem outras formas, outros recursos e outras tecnologias para economizar os recursos hídricos, para modernizar a sua atividade. Infelizmente, tudo isso pode ser perdido ou ficar cada vez mais distante do nosso produtor.

Obviamente, a FDRH, com seu serviço com relação aos estágios, esse serviço vai ter que ser feito por outra instituição, como os CIEEs da vida. Perdemos, então, a chance de o Estado poder gerenciar os recursos e direcionar os nossos jovens ao mercado de trabalho, abrir possibilidades para eles infelizmente. A questão dos concursos públicos, concursos idôneos... Nós sabemos que é difícil ter um concurso hoje em dia que não tenha fraude, que não tenha vazamento de informações. Então, isso é um ataque a todos nós, é um ataque ao Rio Grande do Sul, e por isso nós não podemos ficar inertes.

A Câmara de Vereadores, na presença da Ver.^a Fernanda Melchionna, com a participação também dos demais Vereadores, manifesta, através desta audiência, a sua contrariedade a esse pacote, porque isso é ruim para todos nós, é um atraso, isso é a *black friday* do Rio Grande do Sul. O Sartori deve ter se empolgado e dito: "Vamos vender tudo, vamos acabar com o Estado e encaminhar os nossos recursos, a nossa pesquisa e o nosso conhecimento estratégico para outros amigos", digamos assim.

Outra coisa que me deixa muito triste é que não é apenas no setor de esquerda, e isso é uma crítica que nós ouvimos todos os dias: "Defender as fundações é coisa de esquerdista!" Não é, não é! Todos sabem da posição do nosso partido, principalmente da Ver.^a Fernanda, do Deputado Pedro Ruas, da própria Luciana Genro, do enfrentamento e do combate que eles fizeram e que o Partido fez contra o Governo Yeda Crusius. É notório.

O Secretário da Yeda, o Aod Cunha, disse que é erro grotesco fechar a FEE, grotesco, porque vai sangrar os cofres públicos. A pesquisa feita pela FEE vai ser paga à custa de muito para o nosso Estado. Se já não existem recursos, imagina abrir mão de recursos importantes para planejamento estratégico das políticas públicas. Não se faz política pública sem conhecimento, sem dados. Não tem como fazer. Ele vai governar, a partir de

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
009ª Audiência Pública 14DEZ2016

agora, no achismo? Isso é terrível, é uma barbaridade. Portanto, essa luta tem o nosso integral apoio. Parabéns por todas as ações que foram feitas até agora. O abraço à Fundação Zoobotânica foi a coisa mais linda. Eu, hoje de manhã, tive problemas. Já tinha me programado para ir ao abraço à Cientec, mas, infelizmente não pude ir. Meu chefe de gabinete, Marcus Vianna, a Tássia Lopes estavam lá.

Parabéns a todos vocês, continuamos erguendo as nossas vozes. Eu acredito que seria de bom-tom todos nós começarmos a formar redes para compartilhar dados e informações a respeito da importância dessas instituições para o nosso Estado, e anexar a isso os possíveis votos que o Sartori tem na Assembleia que vão atacar essas instituições, viralizarmos isso nas redes sociais. Se todos nós, com as nossas redes de contato, conseguirmos expandir quem são os Deputados que, provavelmente, vão levar a cabo esse plano terrível do Sartori, talvez nós consigamos reverter alguns votos, votos esses que talvez facilitem a nossa vitória, porque não vai ser fácil, não está sendo. Eu acredito que a força da luta é a força que garante a conquista. Quanto mais gente estiver do nosso lado, melhor e maior a garantia de vitória. Um grande abraço a todos e uma boa noite. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Fernanda Melchionna): Muito obrigada, Ver. Prof. Alex.

Nós já estamos encerrando a nossa audiência, quero pedir mais um pouquinho da presença de todos e todas. O Sr. Gerson Carrion de Oliveira está com a palavra.

O SR. GERSON CARRION DE OLIVEIRA: Ver.^a Fernanda, Ver. Aírto Ferronato, Ver. Alex, Ver.^a Sofia Cavedon, quero cumprimentar pela iniciativa, por esta oportunidade de termos uma audiência pública de pleno exercício de Estado Democrático. Todas as casas legislativas deste Estado são casas do povo, e lá nós estamos sendo impedidos do direito de ir e vir, que é um direito constitucional. Faço este registro. Que esta Câmara, sendo da Capital, capilarize esta audiência para as demais câmaras do Estado, pois nós precisamos, também, dos Vereadores na diversidade política dos seus trabalhos nas outras câmaras municipais, é fundamental isso.

Eu me solidarizo com a CEEE, nós temos uma luta focada na questão do plebiscito, mas nos solidarizamos com todas as fundações, com todas as instituições que estão sendo extintas. Nós estamos é liquidando com gerações, com acervo técnico, com cabeças, com

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
009ª Audiência Pública 14DEZ2016

conhecimento, é isso o que está acontecendo. Eu digo, e digo publicamente, que o pacote é um crime de lesa-estado, de lesa-pátria, é isso o que está ocorrendo no Estado do Rio Grande do Sul. Estão liquidando o futuro das pessoas, as nossas gerações hoje estão vivenciando essa crise de valores. Então eu gostaria de só colocar brevemente, porque meus colegas que me antecederam já falaram bastante da CEEE, falaram sobre números, que a CEEE é uma empresa com orçamento equivalente à Capital do Rio Grande do Sul – nada mais, nada menos. E querem se desfazer de um orçamento de R\$ 6 bilhões que não depende de um centavo da receita do Estado, um centavo sequer, e já há mais de 30 anos nunca teve aumento de capital do acionista ao controlador. E, pasmem, o nosso membro do Conselho de Administração, Carlos Búrigo, faz uma apresentação no Palácio e apresenta duas linhas dizendo que o grupo CEEE simplesmente não tem capacidade de investimento e é deficitário. Aqui já foi dito pelo Rodrigo e pelo Schneider que nós fizemos investimento de R\$ 2 bilhões em quatro anos. Sabem o que é isso? Passamos 24 posições no *ranking*. Nós nos orgulhamos disso, e poucos sabem: nós sustentamos a FIERGS e nunca somos convidados para participar de nenhuma comissão temática daquela FIERGS, porque a CEEE contribui do 5S, na sua guia, sustentando aquela estrutura cara, e pouca gente sabe disso. E somos a terceira indústria do Estado, só perdemos para a Gerdau e para a Randon, e querem se desfazer disso! E o que eu digo é que é pior, Ver.^a Fernanda Melchionna, é pior: estamos eliminando 100% da política energética deste Estado, não querendo, mas já está dito, privatizar a CEE, CRM e Sulgás. Isso é abrir mão de poder, abrir mão de energia, de um serviço essencial, desenvolvimento. Só se faz política universal de inclusão, um serviço essencial, com o poder na mão que o Estado tem. Já dou o exemplo: estados como Minas, que quanto tempo tiveram a gestão administrada pelos tucanos, o próprio Paraná, vejam se abriram mão do serviço essencial como energia. Está aí a Cemig, está aí a Copel, vieram aprender conosco, nós temos 73 anos de história, e se tornaram maior do que nós. Levaram dois terços, nos esquartejaram, e nós somos forjados na luta, estamos sobrevivendo, quarto tema (Ininteligível.). Não esperavam que nós chegássemos até aqui. A capacidade de todos eletricitistas, de todos trabalhadores da empresa fizeram que ela chegasse até aqui. E não abrimos mão, temos certeza da vitória, porque esse plebiscito, nós já temos o escore dele, mas estão trabalhando contra. Aí é que eu digo: se enganam. Por que eles não fizeram o plebiscito antes? Tem muita gente aqui, até vi meu nobre

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
009ª Audiência Pública 14DEZ2016

companheiro Pedro Ruas, de grandes lutas. Eu não tenho medo do plebiscito, não tenho medo; eles estão com medo, se não já tinham convocado o plebiscito – essa que é a verdade. Nós temos trabalho nas comunidades, e quando eu digo isso, nós vamos colocar cada um dos 1,6 milhão consumidores nossos, em todo Estado do Rio Grande do Sul... Para terem uma ideia, nós atingimos 4 milhões de famílias, que têm energia. Essa pessoa que está mandando para votação, essa turma toda nasceu, viveu e criou seus filhos com a energia da CEEE. E hoje querem fazer o quê? Entregar nem na mão! A matriz do Estado está quarterizada, se for acontecer isso, não é nem terceirizada. Pois se agora, recentemente, foi aprovado na calada da noite – poucos sabem –, o Deputado Cunha, na sua cassação, foi aprovada a medida no pagar das luzes! E pasmem! Pasmem, Ver. Aírto Ferronato, aqui eu faço um apelo à sua liderança, pois o seu partido comanda o Ministério de Minas e Energia. Fizemos um trabalho junto com o Partido Socialista Brasileiro, no Legislativo, e estamos tendo dificuldade de ter apoio do partido. Então, a gente sair com demandas de cada Vereador, de convencimento dos seus companheiros, da importância de manter... E eu sempre digo: o Secretário Beto Albuquerque foi Secretário de Energia, sabe da importância da CEEE. Então é fundamental que o PSB esteja conosco.

Bom, eu poderia falar muito, mas eu quero aqui encerrar dizendo que a solidariedade é importante. Eu acho que todos temos que nos unir. Prof. Alex, eu fico preocupado quando a gente se comunica muito por redes. Eu sou de uma geração – não estou fazendo conflito de gerações –, a rede é boa, mas a presença é física. Nós já lotamos aquela Praça da Matriz com mais gente. E digo aqui: está pouco, está muito pouco, está só bonito para nós mesmos, mas estamos falando bonito só para nós. Eu acho que tem que aumentar o movimento e a solidariedade do povo gaúcho de não abrir mão de um Estado independente, pelo seu conhecimento, que é reconhecido no Brasil e internacionalmente. É isso o que eu gostaria de dizer. Uma grande vitória para todos nós, mas de mobilização efetiva, não adianta dizer que tem cinco mil, dez mil na Praça da Matriz: é muito pouca gente! Nós temos que botar como na época da Legalidade, nós temos que botar cem mil pessoas lá! E quanto mais empurrar a cerca, como eles empurraram hoje, para cima da Praça, mais gente nós temos que colocar lá.

É isso o que eu gostaria de desejar: a unidade e a solidariedade. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Fernanda Melchionna): Obrigada, Carrion. Vamos passar a palavra para o Jair Stangler, da Corag.

O SR. JAIR STANGLER: Obrigado, Vereadora, pelo convite à Corag. Cumprimento também os outros Vereadores.

Eu estava aqui ouvindo, a gente fica na dúvida de onde eles tiram esses números. Eu acho que quem ouviu hoje ou leu a matéria sobre Giovani Feltes, como ele faz o esquema do caixa dois, com jogo do bicho e com tráfico de drogas, começa a entender de onde sai a matemática deste Governo. Então eu acho que em relação à Corag existem, obviamente, interesses privados da RBS, pode ser de outros, por exemplo, a gente sabe que o Padilha é ligado a uma gráfica para lá de suspeita, que já recebeu dinheiro da campanha do Temer e outras coisas, a gente não sabe bem qual é o interesse. Pode ser sobre o terreno também, a incorporadora da RBS tem interesse.

As pessoas às vezes não sabem bem o que a Corag faz, isso fragiliza muito a nossa parte. A primeira função da Corag é ser a imprensa oficial do Estado. Ela é a responsável, digamos assim, pela transparência dos atos do Governo, ela é a guardiã dessa transparência. Essa é a primeira coisa que a gente tem que registrar. Ela também é a guardiã da memória dos atos oficiais do Estado, de todos os governos que passaram. Todo mundo sempre publicou no Diário Oficial. Ai eles dizem: “Não, a gente passa o Diário Oficial para lá e elimina a gráfica.” Mas como assim elimina a gráfica? A gente tem, sei lá, milhões – eu não tenho o número exato para passar para vocês –, a gente faz uma estimativa de R\$ 30 milhões em equipamentos. Então com isso aí tudo vai fazer o quê? Vai vender, vai jogar no lixo? Qual vai ser a destinação dada para isso? Além disso, a gente tem um trabalho muito bom na impressão de documentos de segurança, documentos que exigem um sigilo na sua manipulação. O colega da FDRH estava falando que a gente não tem histórico de fraude, porque a informação é tratada com muito cuidado dentro da Corag. A gente também faz uma série de publicações de livros culturais, trabalha no lançamento de novos autores, isso já vem sendo feito já há bastante tempo. Muitos escritores aqui começaram publicando livros na Corag, isso é uma coisa que às vezes as pessoas não sabem. Sem falar dos nossos projetos sociais também.

Uma coisa que o pessoal às vezes não fala sobre a Corag é que ela dá lucro. Eles falam que vão economizar R\$ 8 milhões para a Corag, mas eles não explicam de onde sai esse

número. “Não, mas é porque vai parar de ter o Diário Oficial...” Bom, isso também a gente pode fazer, parar de imprimir o Diário Oficial. Se é esse o problema, a gente pode fazer. Se o problema é cobrar o Diário Oficial... E aí tem uma outra questão, é lei da sociedade anônima, a gente não pode deixar de cobrar por um serviço. Se a Procergs não precisa cobrar, a Corag também não precisa cobrar. Então, assim, não se justifica a extinção da Corag. Fazer uma readequação, um novo planejamento para a Corag, bom, isso aí a gente está sempre aberto para conversar. Mas tem umas coisas que são complicadas. Por exemplo: a gente tem o PDV já pronto, porque precisa enxugar o quadro de funcionários. Aí isso fica parando nos órgãos de controle do Estado, o tal do GAE – Grupo de Assessoramento Econômico para Política de Pessoal, e aí pára lá e a gente não pode realizar o PDV. A gente está para comprar, também, desde o começo do ano passado, um novo *software* para o Diário Oficial, para agilizar, para melhorar, para atender melhor o cidadão, e também não foi autorizada essa compra. Então existe todo um projeto de sucateamento, de inviabilizar e fragilizar a empresa, pelo qual a gente vem passando, vem enfrentando, já vem há algum tempo esse processo, e nós continuamos aí nesse enfrentamento.

Enfim, se extinguirem a Corag, serão 200 pessoas engrossando a fila do desemprego, mais as pessoas de terceirizadas e de outras coisas, e as pessoas vão deixar de ser atendidas pelos nossos projetos sociais que ajudam a formar o cidadão, que dão oportunidade de emprego para pessoas surdas, para pessoas em situação de vulnerabilidade social. Além disso, é um dinheiro que certamente vai passar para a iniciativa privada, porque hoje fica no Estado. O Estado reinveste isso, a gente faz repasses ao Estado, passamos R\$ 55 milhões nos últimos anos, não são os bilhões da CEEE, mas é um lucro que sempre é bom.

Então, é isso, estamos juntos com as fundações, estamos apoiando, amanhã estaremos lá com a FDRH, e sexta-feira, às 9h, é a vez de abraçar a Corag. É isso. Obrigado. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Fernanda Melchionna): Obrigada, Jair. O Sr. Marcelo Dorneles Coelho, da Fundação Piratini, TVE, e FM Cultura, está com a palavra.

O SR. MARCELO DORNELES COELHO: Boa noite, Ver.^a Fernanda, Vereadores, colegas de todas as fundações aqui presentes. Eu não vou me estender sobre a Fundação Piratini, porque a minha colega, Cristina Charão, já fez uma apresentação brilhante sobre a nossa importância. Eu queria, fundamentalmente, deixar um apelo ao Vereador Ferronato por tudo que foi dito aqui, porque os técnicos tributários informam que a sonegação, neste ano, no Estado, deve chegar, aproximadamente, a R\$ 7 bilhões, porque contraria, como nós dissemos ao PDT, ao PTB, porque contraria frontalmente o espírito do trabalhismo: extinguir fundações voltadas para pesquisa, para cultura, para técnica, para ciência, para comunicação pública. Como também contraria frontalmente o espírito do trabalhismo, e, mais ainda, o espírito do socialismo, que está presente no nome do seu partido, porque é Partido Socialista Brasileiro. Eu deixo um apelo para que o senhor, Liderança importante que é, trabalhe junto ao seu partido para que essa proposta obscurantista e atrasada de extinguir fundações com esse caráter seja rejeitada, unanimemente, pelos Parlamentares do Partido Socialista Brasileiro, como há de ser rejeitada pelos Deputados pelo Partido Democrático Trabalhista e do Partido Trabalhista Brasileiro, pelo nosso esforço, pelo esforço dos servidores de todas as fundações ameaçadas.

Essa luta é duríssima, porque o momento político, como disse o Deputado Pedro Ruas, é extremamente favorável ao Governo, mas nós temos que travá-la, e mais, temos que contribuir para a construção de um projeto do campo democrático popular, um projeto que beneficie as classes trabalhadoras do Estado, do País, que dê a devida valorização ao funcionalismo público na elaboração de um projeto para o País que seja radicalmente diferente deste que está sendo implementado. Um projeto que estabeleça, por exemplo, uma justiça tributária que melhore os níveis de arrecadação, que estabeleça efetivamente a educação e a saúde como prioridades. Esse é um desafio, em particular, para os partidos de esquerda, que eles sejam dignos disso. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Fernanda Melchionna): Obrigada, Marcelo. O Sr. Carlos Vinicius Azambuja Pereira, da CEEE, está com a palavra.

O SR. CARLOS VINICIUS AZAMBUJA PEREIRA: Boa noite, estou há 10 anos na CEEE, mas não usarei a minha palavra aqui para falar como funcionário da empresa,

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
009ª Audiência Pública 14DEZ2016

falarei como cidadão de Porto Alegre. Mais ou menos há um mês, fui atrás da Ver.^a Fernanda Melchionna para ela nos ajudar – aos funcionários –, igualmente aos companheiros do interior, que estão indo às suas Câmaras de Vereadores, procurando apoio. Eu, adulto-jovem, como me considero, considero-me um aprendiz do Professor Carrion, quando entrei na CEEE não o conhecia, talvez há um mês o estou reconhecendo como uma pessoa competente. E é com ele que aprendi, sim, que a CEEE, somente este ano, tem R\$ 507 milhões de lucro, mas, assim como as outras fundações, a CEEE não tem a função de dar lucro, o famoso retorno sobre o capital aplicado. Nós temos que, sim, atender a população, e bem.

E falando um pouquinho sobre a CEEE, vou falar não somente desses R\$ 507 milhões que ela tem este ano de lucro, mas dos outros bilhões que ela tem para receber sobre os investimentos realizados, talvez, a partir de cinco anos para cá, recém vamos começar a receber esse valor. A CEEE é um pilar muito importante da nossa economia. Eu não posso deixar de falar que, se ela for privatizada hoje, como vamos contar aos nossos netos que a energia é fundamental para estudar, para fabricar produtos? Não podemos fazer isso. Como vamos explicar a eles, para as futuras gerações que a gente entregou essa empresa e as fundações?

Todos sabem aqui que eu venho consultando as pessoas, pegando assinaturas. Consegui muitas assinaturas para os meus irmãos da TVE, orgulho-me muito disso, e eles me perguntam: “Por que tu defendes muito a tua empresa e as outras fundações?” Eu digo que defendo porque eu sou um cidadão e estou consciente do que está acontecendo. Então, que a gente possa fazer, sim, um esforço e ir, aos vizinhos, aos camaradas do futebol, e passar a eles a informação. Se vamos perder, talvez, percamos para nós mesmos, porque não nos esforçamos um pouquinho a mais.

Então, é isso, Fernando, queria muito te agradecer, orgulha-me muito este dia que está acontecendo hoje. Agradeço ao Ver. Ferronato; ao Carrion, muito obrigado pelo seu esforço, toda a sua técnica e o seu conhecimento. Tenho certeza que nós, da CEEE, vamos, sim, conseguir salvar essas instituições. Eu já falei a muitos companheiros que, se acontecer o pior, o que não queremos, eu sou parceiro, tenho colegas que são parceiros para podermos buscar... Não é o queremos, mas, se precisarmos ir para rua para pedir a recriação das fundações, eu sou parceiro, podem contar comigo. Eu não vou querer passar aos meus filhos e aos meus netos que eu não me esforcei para defender, por

exemplo, a TVE, que tem uma programação que não passa nenhuma sacanagem, isso é verdade. Muito obrigado. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Fernanda Melchionna): Obrigada, Vinicius. O Sr. Cezar Martins está com a palavra.

O SR. CEZAR AUGUSTO KOHL MARTINS: Sou assessor jurídico da Associação da Cientec – Associentec, e conhecido de alguns. Eu não iria falar porque uma audiência pública é focada para que vocês consigam trazer as suas angústias, mas eu queria dar uma contribuição, não estou aqui para ensinar ninguém. Eu quero dizer que este momento é pura política, gente. Eu vou usar o exemplo do Fzb, porque eu me criei na Fzb. Toda a minha família vivia no zoológico, por exemplo, desde a época que havia uma Maria Fumaça da Rede Estadual Ferroviária, que cruzava tudo aquilo ali, aquilo era sinônimo de desenvolvimento.

Gente, a questão hoje não é isso, não são os números. Vamos fazer todo o discurso possível e não vamos encontrar lógica, porque a lógica é outra. O Vereador pode dizer – eu sou advogado e também posso, mas não vou –, ele pode, porque tem o benefício da palavra, já disse tudo, o objetivo é outro, para dez gerações futuras de cada um dos que traçaram esse objetivo. O terreno da Cientec hoje, ali, do outro lado da rua, vale mais de R\$ 150 milhões. Agora, pergunto a vocês que estão lá dentro das fundações: quando é que o Estado vendeu algo de R\$ 150 milhões por R\$ 150 milhões? Está explicado, então não é teste, não é nada, é uma política para jogar um pouco de purpurina no olho do eleitor, porque, na cabeça dele, se radicalizou de direita. É aquela formaçãozinha de sempre, o culpado é sempre o inimigo externo. Então, toda a vez que dava uma merda – com o perdão da expressão – nos Estados Unidos, eles arranjavam uma guerra com outro país. O americano ia lá: “Não, vamos defender a pátria.” O servidor público é o inimigo externo, é isso. “Ah, mas eu dou lucro.” Não interessa.

Então, a questão concreta da política, hoje, é simples, não adianta nós pensarmos que a EPCT ganhou há um ano, ela não ganhou, foi um balão de ensaio. E o que mais me entristece é que essa luta política não está construindo novas mentes. Meu papel de assessor é andar, construir consenso, e eu ouço cada barbaridade no meio do movimento, gente! Tem gente preocupada em dividir quem é petralha e quem não é.

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
009ª Audiência Pública 14DEZ2016

Então, para a nossa unidade, nós temos poucos dias. Eles estão tentando um golpe para votar amanhã, às 11h. E nós estamos aqui neste espaço, porque é o único espaço democrático, mas temos que sair daqui e propor ações concretas. Quando o Governo Simon tentou fazer a mesma coisa com o Estado, pois bem, nós ocupamos a Praça da Matriz por mais de 90 dias.

Eu só queria dizer o seguinte: o conhecimento, a informação são importantes, mas o povo não quer saber. Nós vamos ganhar isso hoje, num curto espaço de tempo, com ações e com unidade. E unidade é o que o Carrion falava, que o Twitter é importante, tudo é importante, mas a praça, já disse o Governador para nós: “Ih, tem pouca gente!”. É essa a linguagem que ele entende. Então, tudo é importante, as fundações, todos nós sabemos, mas principalmente a nossa unidade. Aqui eles nos vendem a ideia: “Não, faz uma emendinha para salvar”. Isso é mentira, isso é política, e uma política que vai muito mais além da técnica, porque não existe técnica sem política. Então, só peço isso, pois me dói ver o Estado ser destruído por meia dúzia de cupins, sem nenhum objetivo, para agradar a FIERGS e para aquilo tudo que o Vereador disse. Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Fernanda Melchionna): Antes de encerrar, quero registrar a presença da Ana Maria Spadari, da Senergisul; da Eliane F. Brigoni, do Sindicato dos Administradores do RS – Sindaergs.

Quero repassar aqui que amanhã tem abraço na FDRH, às 10h; sexta-feira, às 9h, abraço na Corag. Depois, obviamente, do abraço na FDRH, segue o ocupa a Praça da Matriz.

Queremos agradecer a presença de todos e todas, dizer que foi muito importante essa audiência para nós, teve o comparecimento de Vereadores, Vereadoras, agradecer aos funcionários da Câmara, aos companheiros do mandato e, sobretudo, aos lutadores ativistas que estiveram até esta hora conosco, primeiro, por um posicionamento que parece importante, as câmaras que fizeram audiências, todas elas, estavam lotadas de ativistas mostrando a contradição desse discurso implementado e dito pelo Sartori. Hoje eles compraram uma pesquisa do instituto que sequer é registrada, uma pesquisa contratada por eles mesmos para dizer que o projeto deles está certo. Bom, honestamente, nós, certamente, não acreditamos e não temos ilusões. Eu tenho impressão de que não só é um projeto que é uma farsa, por óbvio – e quero aqui agradecer ao André Scherer, de público, a ajuda que ele deu ao partido para montar essa

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
009ª Audiência Pública 14DEZ2016

cartilha com 11 medidas concretas –, nós sabemos que tem muita inteligência, muita circulação de informações, muito debate entre a vanguarda que está nessa luta das fundações, mas esse é um debate para fazer com o povo. O discurso que eles vendem é o patético da folha, de que o André falava, é 10% da folha mensal. Daí eles disseram que dá para contratar 7 mil brigadianos no meio de uma crise da segurança pública, que é uma verdadeira invenção, uma mentira completa. E o que nós temos que dizer e apontamos aqui, embora não seja sobre a crise estrutural, é que reduzindo em 50% o gasto com diárias e passagens – que eles têm gastado para ir lá defender o Temer, em Brasília, um governo ilegítimo, carcomido, cheio de denúncia de corrupção; o Sartori está lá hoje pedindo socorro – -, 70% dos CCs, extinguir o Tribunal Limitar, só com essas três medidas garantiram a permanência das fundações, e com toda a estrutura e com tudo que é gasto na manutenção, ou melhor, com tudo que é investido na manutenção desses espaços importantíssimos para o Rio Grande do Sul e para a garantia também do trabalho. Estamos falando também de pessoas que dedicaram a vida ao serviço público, que se dedicaram para o meio ambiente, para a cultura, para o planejamento, para a pesquisa, então também é sobre trabalho. E não só sobre o trabalho de 1200 pessoas, mas sobre o trabalho de quem está no comércio, porque, com essas medidas de austericídio, perdem também arrecadação, que também deixa de vender e também gera desemprego. Então, é uma farsa econômica? É obvio, mas é uma farsa econômica para privatizar o Estado, é uma farsa econômica para colocar a energia elétrica na mão dos chineses, para colocar o carvão mineral na mão dos grandes grupos estatais chineses, de outros países, é para fazer um rebaixamento global da mão de obra de trabalho para beneficiar os amigos da Federasul, da FIERGS, é para, de fato, desmontar esse conceito de serviço público e de direitos da nossa população, que empalma com o projeto que tem sido implementado pelo Governo Temer em nível nacional. E falamos muito sobre a Lei Kandir, sobre a dívida da União – a Andréia, de forma brilhante, mais uma vez –, trazendo a farsa que é esse pacote. Mas nós sabemos que o que vai definir não é só fazer essa disputa com o movimento, e por isso nós propusemos a fazer esse material, e tem outros materiais rolando, campanhas importantes que estão sendo lançadas para que possamos fazer uma frente para o futuro, mas o que vai definir o futuro é a correlação de forças, convencer os colegas. São 1.200 colegas, e tem muitos que estão trabalhando nesse momento que é temerário, que não sabemos nem o dia de amanhã, convencer o conjunto

dos colegas para vir para a luta, para ocupar a Praça da Matriz, os familiares, os amigos, a vanguarda. Vocês podem ter certeza de que vamos ter o Pedro Ruas, lá na Assembleia, brigando, e vamos estar na rua com vocês, na Praça da Matriz, resistindo e lutando contra cada um dos pontos desse projeto. Mas temos esse desafio de fortalecer a correlação de forças, e, como bem disse o Alex, não tem luta perdida a não ser que a que abandonamos. Amanhã, bora lá, outro dia de luta, contem conosco nessa luta. Muito obrigada pela presença de vocês, estamos juntos, vamos lá resistir. (Palmas.)

O SR. GÉRSO CARRION DE OLIVEIRA: Ser portadora da entrega da nota técnica a todos os Vereadores, em cima também de contribuição para as demais fundações e entidades.

A SRA. PRESIDENTE (Fernanda Melchionna): Obrigada, Carrion. Nada mais havendo a tratar, estão encerrados os trabalhos da presente reunião.

(Encerra-se a reunião às 20h50min.)